

PAC 2021

Prestação Anual de Contas

INDICE

Relatório da Administração Societário	03
Demonstrações Contábeis Societárias.....	36
Balanço Patrimonial	36
Demonstração do Resultado do Exercício.....	38
Demonstração do Resultado Tributável.....	39
Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias.....	40
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	41
Demonstração do Fluxo de Caixa	42
Demonstração do Valor Adicionado	43
Balanço Social	44
Notas Explicativas	46
Parecer do Conselho Fiscal	77
Relatório do Auditor Independente	78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO

Senhoras e Senhores Cooperados,

Apresentamos o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Coopera para a sociedade, parceiros, cooperados e consumidores.

Desde já, nos colocamos a disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se julgarem necessário.

CARTA DO PRESIDENTE

Saudações a todos os cooperados e cooperadas. Apresentamos a prestação de contas, onde vamos mostrar os principais fatos ocorridos e toda a movimentação econômica e financeira do ano que se encerrou, atendendo assim o que determina a legislação e nosso estatuto social.

Para aumentar ainda mais nosso impacto positivo, criamos em 2021 o Integra Coopera. O espaço comunitário colaborativo é voltado a educação e à criação, que atua facilitando expressões e conversas sociais, estimulando a comunidade a dialogar, compartilhar aprendizados e se desenvolver individual e coletivamente. Compreendemos que levamos em conta as necessidades locais e estamos alinhados aos princípios e valores do cooperativismo.

As atividades econômicas mundiais continuaram a serem afetadas durante o ano de 2021 pela propagação da COVID-19. A cooperativa, diante deste cenário, manteve as medidas importantes a fim de manter a segurança de seus colaboradores e cooperados, bem como fortalecer o processo de continuidade de suas operações. O atendimento aos protocolos de segurança, orientados pelas autoridades locais, foram mantidos, bem como os investimentos nas ações e materiais necessários para os hábitos individuais e coletivos de higienização bem como de distanciamento social.

Não podemos deixar de citar os esforços da administração da cooperativa para garantir a tarifa mais barata do Brasil.

Em 2021, proporcionamos crescimento econômico e resultados positivos para a sociedade. Mesmo com o transcorrer de um ano difícil para muitos setores da economia, damos ênfase ao excelente desempenho econômico e financeiro da cooperativa, fechando o ano com uma sobra, antes das destinações estatutárias na ordem de R\$ 25,4 milhões.

A cooperativa sempre reforça a sua estrutura organizacional, com o objetivo de fortalecer ainda mais os fatores críticos de diferenciação que tornaram a Coopera referência em seu segmento de atuação. Sua estratégia sempre foi o foco na maximização da qualidade, na rentabilidade dos serviços prestados e na preservação do equilíbrio econômico-financeiro da permissão, visando assim atingir a satisfação dos cooperados, consumidores, colaboradores e fornecedores, enfim, a todos que fazem parte da gestão do negócio.

O êxito que a cooperativa vem obtendo no seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Preocupados com este cenário, a cooperativa realizou no final de 2021 o seu planejamento estratégico para o ciclo 2021/2024. As tendências identificadas, juntamente com o resultado do cenário empresarial, servem de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas para os horizontes de curto e longo prazo.

Sempre na constante procura para atender a todas as legislações existentes, iniciamos em 2021 a implantação de normas e regras para atendimento a lei número 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), que tem como objetivo principal dar às pessoas maior controle sobre suas próprias informações.

Destacamos também que nossa contabilidade foi agraciada pelo prêmio Abraconee de Melhores Demonstrações Contábeis entre as permissionárias do país, pela publicação do exercício de 2020.

Relatamos algumas considerações iniciais, porém, convidamos você a dar atenção e dispensar um tempo para analisar nosso relatório, principalmente as informações financeiras, que são o coração do negócio.

Finalizando a mensagem, registramos aqui o nosso agradecimento ao apoio recebido de todos os conselheiros da cooperativa. Aos colaboradores, fica também o nosso reconhecimento pelo comprometimento e dedicação de cada um. Aos cooperados, fica o agradecimento pela confiança em nós depositada ao longo deste ano. Aos fornecedores, instituições financeiras, órgãos públicos e demais entidades de classe com as quais nos relacionamos, nosso agradecimento pela parceria. Continuamos reforçando nossa missão de “Distribuir energia elétrica de qualidade com segurança, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da sociedade, promovendo o cooperativismo”.

Walmir João Rampinelli

Presidente da Coopera Energia

CENÁRIO

A Coopera atua desde 1959 distribuindo energia elétrica em 04 municípios de Santa Catarina. Em 2008 foi regulamentada como permissionária de distribuição de energia elétrica, estando sujeita a regulamentação específica do setor elétrico, reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Os investimentos realizados em 2021 totalizaram R\$ 12,4 milhões, que foram aplicados no atendimento ao crescimento de mercado e na melhoria da confiabilidade operacional do sistema elétrico, envolvendo também aquisição de veículos e desenvolvimento do quadro profissional, capacitando ainda mais nossas equipes, garantindo um trabalho seguro e eficaz para atender nossos cooperados.

Nossa pesquisa com os consumidores atingiu um índice de satisfação com o atendimento em 96,2% e 94,7% com a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

O desempenho econômico financeiro de 2021 traduz o esforço conjunto de nossos gestores e demais colaboradores internos e externos, em torno do objetivo de tornar nossa cooperativa ainda mais forte e moderna. A receita bruta atingiu R\$ 192 milhões e um lucro líquido de R\$ 25,4 milhões. Estamos bem econômica e financeiramente, honrando todos os compromissos e obrigações legais.

Passamos pelo processo de reajuste tarifário, que culminou com a publicação das novas tarifas através da Resolução Homologatória nº 2.937 de 28 de setembro de 2021, a qual resultou em um reajuste médio de 5,75%.

As classes do consumo que apresentaram maior variação de consumo em MWh em relação ao consumo do ano anterior, foram a industrial, com um crescimento de 12,99% e a comercial com 7,62%. A classe industrial representa 67% do mercado da cooperativa. As classes residencial e rural tiveram um incremento na ordem de 0,65% e 0,48% correspondente. As demais classes, como serviço público, poder público, iluminação pública e consumo próprio, apresentaram um crescimento de 5,97%.

As conexões de geração distribuída no regime de compensação ainda são pouco significativas em termos de montante de energia, porém aumentaram de 28, ao término de 2020, para 62 em 2021, que representa um acréscimo de 122%. Foram 22 ligações na classe residencial, 08 na classe rural e 04 na classe comercial.

Na busca constante da plena satisfação de seus clientes, em 2021, a cooperativa expandiu o seu escopo de certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade para todos os seus processos internos, certificando através da Norma ABNT NBR ISO:9001:2015, a distribuição de energia elétrica, passando por uma auditoria da empresa BRTÜV que não evidenciou não-conformidades durante os trabalhos. Além disso, mantemos também o atendimento à norma ABNT NBR ISO 10002:2005 – Satisfação dos clientes – Diretrizes para o tratamento das reclamações nas organizações.

DESEMPENHO OPERACIONAL

DISTRIBUIÇÃO

A cooperativa distribuiu energia elétrica nos 04 municípios dos 295 do estado, o que representa 0,83% dos consumidores do Estado de Santa Catarina.

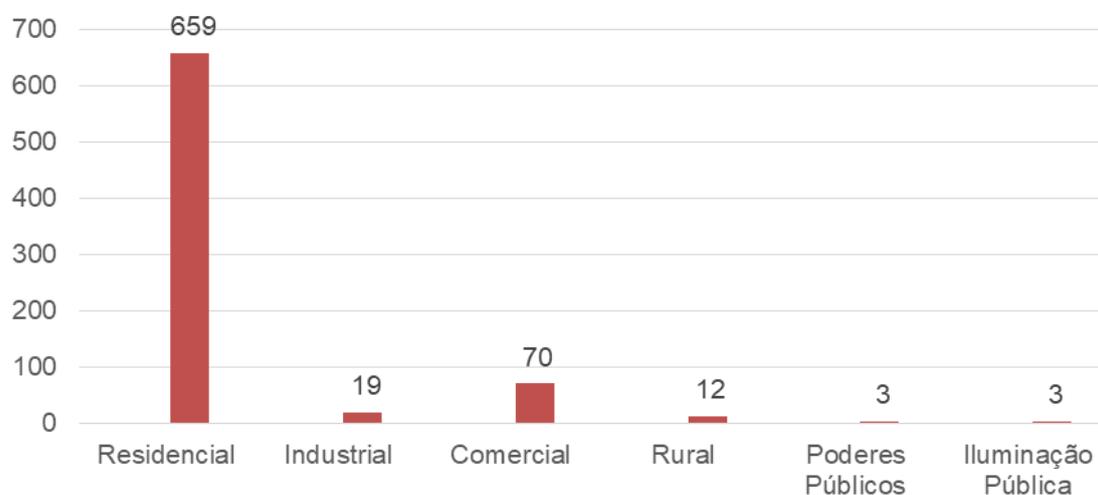
LIGAÇÕES DE CONSUMIDORES

No ano de 2021 foram realizadas 766 novas ligações de unidades consumidoras, com destaque de 659 na classe residencial e 70 na classe comercial. As demais classes totalizaram 37 novas ligações, totalizando 26.343 consumidores atendidos pela cooperativa, número 1,21% superior ao de 2020.

Os quantitativos por classe de consumo estão apresentados na tabela:

Classe	Nº ligações
Residencial	659
Industrial	19
Comercial	70
Rural	12
Podere s Públicos	3
Iluminação Pública	3
Total	766

Representação gráfica detalha os montantes das ligações por classe de consumo:



NÚMERO DE CONSUMIDORES

Classe	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	21.424	21.105	20.426	19.910	19.483
Industrial	331	332	484	478	476
Comercial	1.733	1.680	1.634	1.524	1.400
Rural	2.594	2.590	2.583	2.562	2.555
Poderes Públicos	217	216	223	225	218
Iluminação Pública	13	73	70	66	70
Serviço Público	31	31	31	32	26
Total	26.343	26.027	25.451	24.797	24.228
Variação	1,21%	2,26%	2,64%	2,35%	3,02%

Foi corrigida a informação da quantidade de consumidores na classe residencial preenchida no relatório do ano anterior. O número correto é de 21.105, ao invés dos 21.005 apresentados. Desta forma, o crescimento do número de consumidores atendidos, foi de 2,26%, ao invés do 1,87% apresentado.

COMPORTAMENTO DO MERCADO

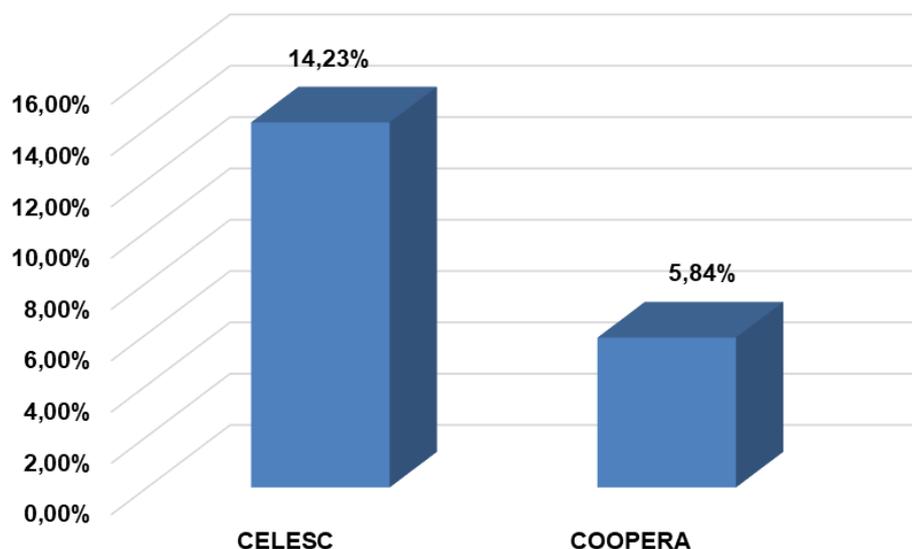
A energia distribuída pela cooperativa em 2021 corresponde a 335.022 mil MWh, ou seja, 9,34% superior aos 306.417 MWh distribuídos no ano anterior. Na análise dos dados por classe de consumo, se destaca a classe industrial, com um aumento de 12,99% no consumo de MWh, e a classe comercial, com um aumento de 7,62%.

O ano de 2021 ainda transcorreu sob os efeitos da pandemia da COVID 19, porém aos poucos as atividades foram restabelecidas. Podemos observar pelo crescimento do mercado, diferente de 2020, que comparado ao ano anterior, teve uma queda de -0,42%, claro, reflexo este da pandemia.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2021 a cooperativa adquiriu um total de 355.803 mil MWh e distribuiu 335.022 MWh, com um percentual de perda de 5,84%, num total de 20.781 mil MWh.

Balço Energético em MWh	Exercício				
	2021	2020	2019	2018	2017
Total da energia elétrica adquirida	355.803	326.745	327.810	315.476	296.797
Total da energia elétrica distribuída	335.022	306.421	307.713	294.624	281.732
Perdas	20.781	20.324	20.097	20.852	15.065
Percentual de perdas	5,84%	6,22%	6,13%	6,61%	5,08%

Trazemos o gráfico comparativo abaixo, como forma de comparação das perdas entre a cooperativa e a concessionária do estado de Santa Catarina, Celesc.



PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA RECEITA / FISCALIZAÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS

Dentro das estratégias da cooperativa, a mesma mantém fiscalizações constantes no combate às irregularidades e tentativas de recuperar energia desviada, buscando a conscientização dos cooperados de que as irregularidades são um prejuízo para todos.

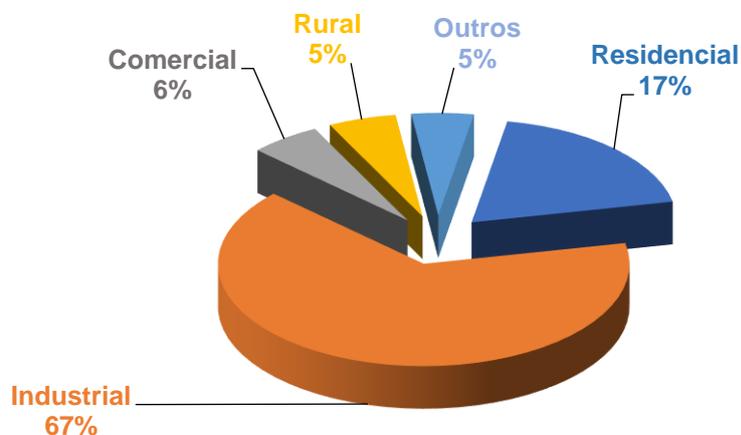
Os constantes investimentos em equipamentos mais eficientes e na estruturação das redes, também são fatores preponderantes na redução das perdas e na maior eficiência do sistema elétrico da cooperativa.

MERCADO ATENDIDO

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo em MWh e sua variação no período:

Consumo por Classe de Consumidores - Em MWh					
Classe	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	58.537	58.161	56.124	53.243	52.990
Industrial	225.775	199.820	202.771	196.511	183.625
Comercial	18.407	17.104	17.081	14.997	14.916
Rural	16.457	16.379	16.150	15.056	15.655
Poderes Públicos	2.307	1.962	2.611	2.254	2.180
Iluminação Pública	10.331	9.575	9.876	9.867	10.334
Serviços Públicos	3.019	3.228	2.891	2.254	1.841
Consumo Próprio	189	188	205	199	191
Total	335.022	306.417	307.709	294.381	281.732
Variação	9,34%	-0,42%	4,53%	4,49%	1,82%

O gráfico a seguir demonstra os percentuais do consumo em MWh por classe de consumo



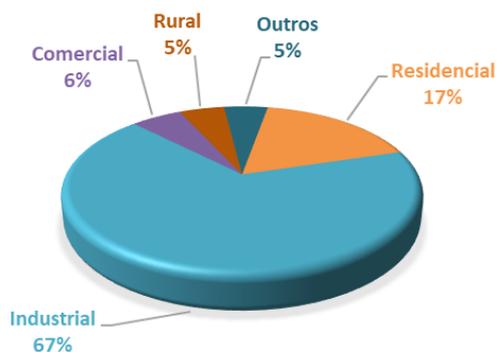
RECEITA

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida de ICMS, importou em R\$ 104 milhões, conforme quadro a seguir:

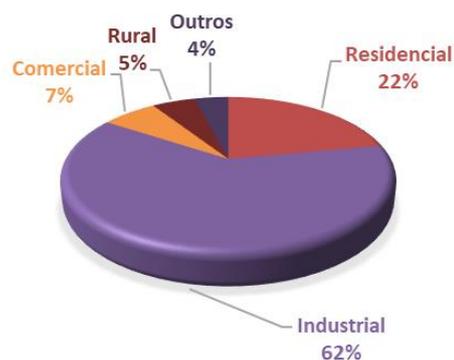
Receita líquida em R\$ Mil

Classe	2021		2020		%
	Porcentagem	Valor (R\$ Mil)	Porcentagem	Valor (R\$ Mil)	
Residencial	22%	23.065	24%	21.755	6,02
Industrial	62%	65.053	61%	56.143	15,87
Comercial	7%	6.905	7%	6.115	12,91
Rural	5%	5.320	5%	4.691	13,40
Outros	4%	4.232	4%	3.866	9,47
Total	100%	104.575	100%	92.570	12,97

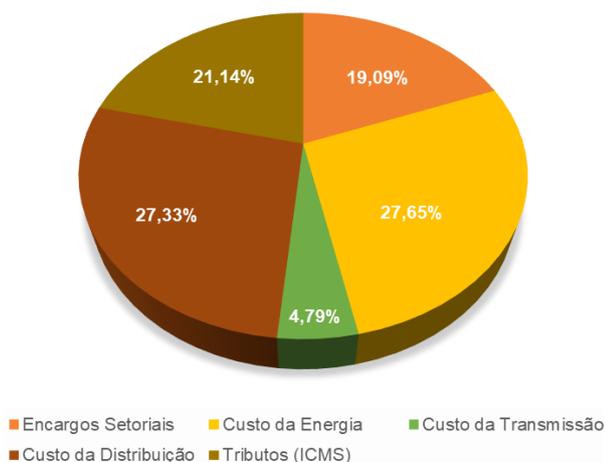
Consumo por classe de consumidores



Receita líquida por classe de consumidores



Abertura da conta de energia com tributos e encargos:



NÚMERO DE CONSUMIDORES

O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um aumento de 2,27% sobre o mesmo mês do ano anterior. Como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	dez/21	dez/20	%
Residencial	21.166	20.605	2,72
Industrial	319	301	5,98
Comercial	1.682	1.623	3,64
Rural	2.550	2.556	-0,23
Outros	257	313	-17,89
Total	25.974	25.398	2,27

TARIFAS

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, atingiu R\$ 485,34/MWh, com aumento de 25,69% com relação a dezembro de 2020.

Em setembro de 2021, a cooperativa passou por processo de reajuste tarifário, atendendo o disposto no submódulo 8.4 do PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), que trata tanto de revisões como de reajustes, processados anualmente. Para cálculo dos itens de parcela "A", permanece vigente a metodologia disposta no submódulo 8.2 do mesmo procedimento.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2937 de 28 de setembro de 2021, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da cooperativa, cujo reajuste médio foi de 5,75% (cinco, virgula setenta e cinco por cento), correspondendo ao efeito médio percebido pelos consumidores, entrando em vigor a partir de 30 de setembro de 2021 a 29 de setembro de 2022.

Tarifas Médias de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2021	2020
Residencial	565,20	462,96
Industrial	458,48	359,89
Comercial	594,62	484,13
Rural	477,29	365,18
Poderes Públicos	624,74	528,79
Serviços Públicos	546,85	435,69
Iluminação Pública	389,27	290,77
Consumo Próprio	466,03	362,56
Média Geral	485,34	386,39

Composição das Tarifas (R\$/MWh)						
Exercício 2021	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	P. Público	Outros
Impostos	102,64	94,56	147,69	86,61	137,48	81,94
ICMS	102,64	94,56	147,69	86,61	137,48	81,94
Encargos Setoriais	155,03	125,76	163,10	130,92	171,36	116,70
RGR	0,77	0,62	0,81	0,65	0,85	0,58
CDE	56,87	46,14	59,84	48,03	62,87	42,81
CDE COVID	10,91	8,85	11,48	9,22	12,06	8,22
CCC	86,47	70,14	90,97	73,02	95,58	65,09
P&D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos/despesas	242,14	226,92	246,33	229,61	250,62	210,52
Energia Comprada	161,58	161,58	161,58	161,58	161,58	149,88
Despesas com pessoal	38,61	31,32	40,62	32,60	42,67	29,06
Outras despesas operacionais	41,95	34,03	44,14	35,43	46,37	31,58
Tarifa Bruta da concessionária (*)	499,80	447,24	557,11	447,13	559,46	409,16

(*) representa a equivalência em relação a tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

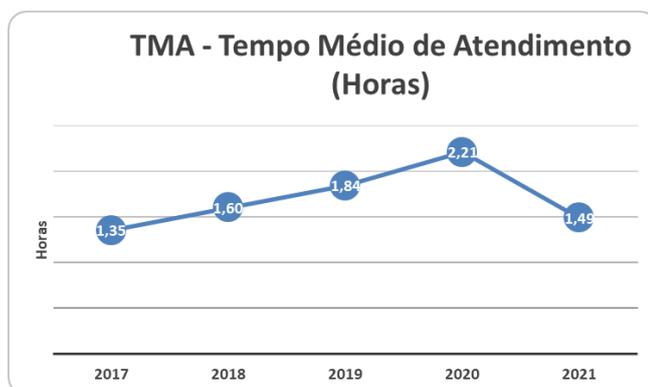
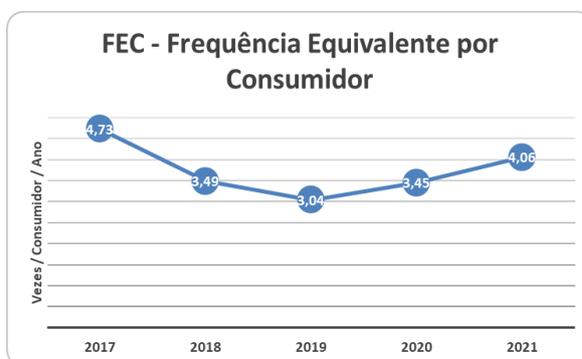
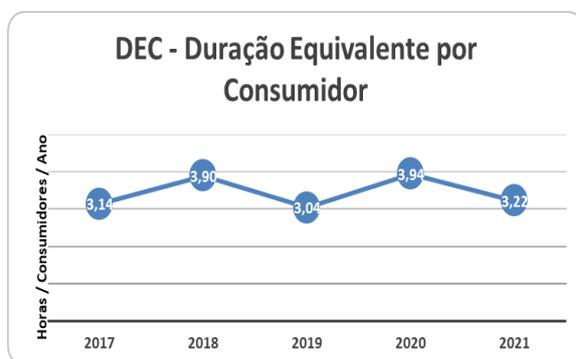
QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Dos indicadores apurados pela cooperativa, os dois principais são os de continuidade de fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), que medem respectivamente o tempo total médio de interrupção no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora do conjunto Coopera e quantas vezes os consumidores ligados a este conjunto ficaram sem energia elétrica no decorrer de um ano. O TMA, é o tempo médio de atendimento das equipes para um comunicado de falha.

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

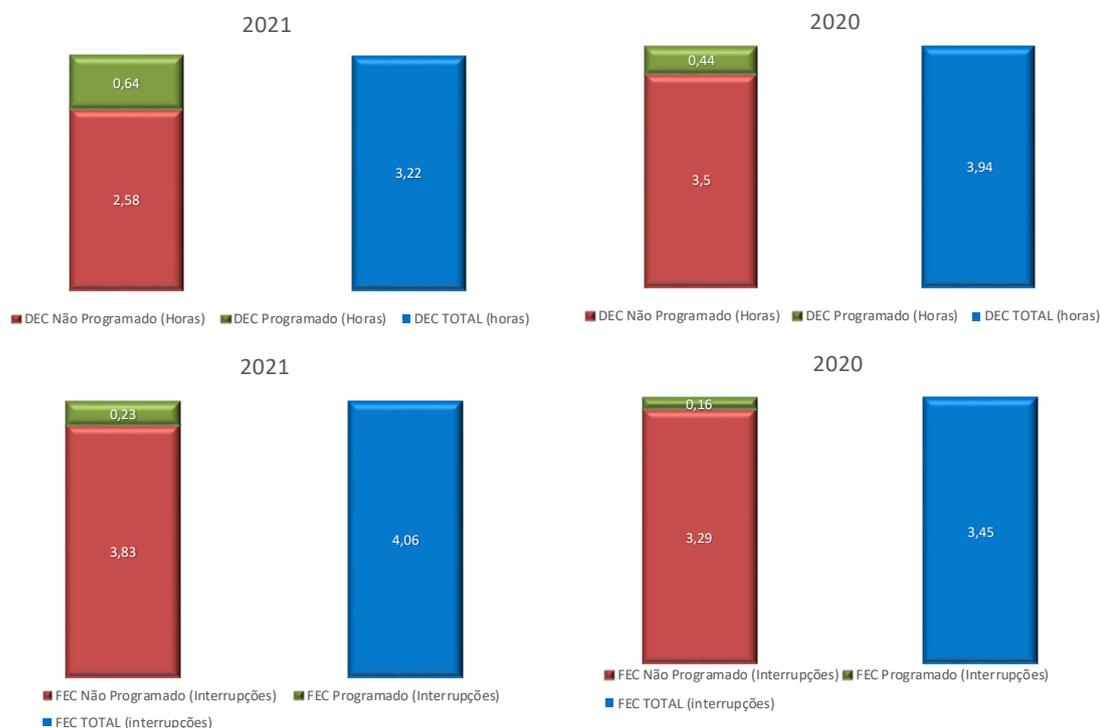
INDICADORES DE CONTINUIDADE

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	TMA - Tempo Médio de Atendimento (Horas)
2017	3,14	4,73	1,35
2018	3,90	3,49	1,60
2019	3,04	3,04	1,84
2020	3,94	3,45	2,21
2021	3,22	4,06	1,49


INDICADORES DE CONTINUIDADE

Ano	DEC Não Programado (Horas)	DEC Programado (Horas)	DEC TOTAL (horas)	META DEC	FEC Não Programado (Interrupções)	FEC Programado (Interrupções)	FEC TOTAL (interrupções)	META FEC
2021	2,58	0,64	3,22	10	3,83	0,23	4,06	9
2020	3,5	0,44	3,94	10	3,29	0,16	3,45	9

Representação gráfica detalha do DEC e FEC:



O gráfico acima demonstra que o indicador DEC no ano de 2021, totalizou 3,22 horas de interrupção no fornecimento de energia elétrica. Tal indicador possui como meta o valor de 10 horas de interrupção no ano, e quando comparado ao ano de 2020 reduziu seu valor em 18,27%. O indicador FEC, no ano de 2021, totalizou o número de 4,06 interrupções por unidades consumidoras do conjunto.

A média dos últimos 2 anos é de 84,48% de interrupções não programadas para o indicador DEC, ou seja, estas interrupções acontecem por eventos que a cooperativa não consegue controlar, por exemplo, tempestades, descargas atmosféricas entre outros. No indicador FEC, estas interrupções alcançam o número de 94,85%.

ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

No ano de 2021, foram registrados 31.330 atendimentos prestados aos consumidores. Destes, 3.767 foram em atendimentos emergenciais (aqueles solicitados para atendimento de falta ou falha no fornecimento) e 27.563 de solicitações comerciais (ligação nova, religação, troca de medição, etc.).

Atendimentos Comerciais			
Tipo	2021	2020	Variação%
Emergencial	3.767	5.056	-25,49
Comercial	27.563	19.937	38,25
Total	31.330	24.993	25,36

A cooperativa coloca à disposição do consumidor e cooperado, serviço de atendimento, instalado na sua sede social, sito a Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, 2801 – Santa Cruz – Forquilha – SC., e nos postos de atendimento localizados na Avenida 25 de Julho, 2736, Centro – Forquilha – SC.; na Rua José Salvador, nº 6, 4ª Linha – Criciúma – SC e no centro de Caravággio – Nova Veneza – SC. Todos os postos de atendimento estão localizados em pontos estratégicos para proporcionar comodidade ao cooperado.

A atualização cadastral é contínua, para que possamos ter uma melhor interação como o cooperado, através das plataformas de envio e recebimentos de SMS, comunicando pelo número 27800.

Desde 2014 a cooperativa implementou uma nova plataforma de gerenciamento de ocorrências, onde as mensagens SMS são enviadas automaticamente aos cooperados quando da detecção da falha no fornecimento. Este mecanismo permite que muitos cooperados recebem a informação que a cooperativa já está ciente da falha e trabalhando para o reestabelecimento.

Em 2021, foram enviadas 65.837 SMS aos cooperados, informando sobre falhas de fornecimento, desligamentos programados e avisos de corte de energia. Em 2020 este número foi de 108.096.

Finalidade das mensagens			
Tipo	2021	2020	Varição%
Aviso de falha de fornecimento	48.082	94.029	-48,86
Aviso de desligamento programado	4.900	3.732	31,30
Aviso de corte no fornecimento	12.855	10.335	24,38
Total	65.837	108.096	-39,09

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, com ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do 0800-725-7725. Em 2021 foram mais de 21.116 ligações atendida, já em 2020 foram 26.170.

Além das informações disponíveis no site da cooperativa, é possível acessar a plataforma de “Serviços Online” no formato de Agência Virtual. No ano de 2020 foram 60.536 acessos por meio deste canal, já em 2020 este número era de 55.378 acessos.

As solicitações encaminhadas por e-mail corporativo são protocoladas nos sistemas de gestão de serviços, de tal modo possibilita o registro e acompanhamento dos processos.

No final do ano 5.777 e-mails de cooperados estavam cadastrados, permitindo uma comunicação direta e rápida. Dentre as facilidades deste meio, está o envio de faturas digitais e o recebimento de diversas solicitações e esclarecimentos.

NÍVEIS DE TENSÃO

Distribuir energia de qualidade é uma das premissas da cooperativa. Desta forma, as equipes do setor de engenharia avaliam constantemente as condições técnicas das redes e buscam novas tecnologias para incrementar a qualidade.

Em alinhamento com a necessidade de melhorias, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) escolhe aleatoriamente alguns consumidores para que a qualidade de energia seja atestada por medições dos níveis de tensão. Assim, a cooperativa enviava, até o ano de 2020, trimestralmente para a agência reguladora uma série de resultados de medições feitas em seus consumidores.

Com a entrada em vigência da REN 871/2020, a cooperativa passou a enviar mensalmente durante o ano de 2021 os dados das medições amostrais, sendo que foram realizadas 168 medições de níveis de tensão amostrais. Ao longo do ano, os consumidores solicitaram outras 114 medições de tensão.

As violações dos indicadores de níveis de tensão geraram uma compensação financeira de R\$ 1,5 reais, e foram inseridas como crédito nas faturas de energia.

OBRAS DE DISTRIBUIÇÃO:

EXPANSÃO

No ano de 2021, foram realizadas 112 obras associadas ao incremento de carga motivada pelo aumento de demanda dos consumidores existentes ou pela ligação de novos. Entre extensão de rede e instalação de novos ramais de ligação a cooperativa investiu cerca de R\$ 1,4 milhões.

MELHORIAS

Seguindo o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), que objetiva aumentar a confiabilidade do sistema elétrico, a cooperativa continuou investindo nas reformas de todos os loteamentos atendidos em sua área urbana, tão qual suas redes em área rural, num montante de R\$ 4,5 milhões.

MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DE ATIVOS

Foram realizadas 78 obras para renovação de ativos entre troca de transformadores sobrecarregados e redes substituídas devido ao final da sua vida útil em um investimento total de R\$ 296 mil.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Uma das principais características da tecnologia da informação é a velocidade na qual as mudanças ocorrem em um curto espaço de tempo. O volume de dados captados e armazenados bem como a capacidade de processamento dessas informações está cada vez maior. Poucas organizações possuem processos manuais para coleta, armazenamento e processamento de informações, praticamente tudo é digital ou digitalizado gerando assim uma grande dependência do acesso a essas informações em seus sistemas ou nuvens.

Em contrapartida a isso existe um grande problema na atualidade relacionado a segurança dessas informações e sistemas. Desde o início da pandemia da COVID-19, que acelerou o processo de trabalho remoto, muitas empresas aderiram e permanecem nesse formato de trabalho até os dias atuais, e a necessidade de acesso a essas informações e sistemas se tornou imprescindível, e é aí que está o maior gargalo da atualidade, a segurança dessas informações. Segurança essa que consiste em permitir o acesso as mesmas somente por pessoas autorizadas, bem como a proteção das mesmas contra acessos indevidos dentro e fora da empresa.

Atualmente o número de empresas que tem seus dados sequestrados, excluídos ou bloqueados por hackers vêm aumentando exponencialmente. Não só grandes empresas, mas também pequenos comércios sofrem com esse tipo de ataque e acabam perdendo seus dados. O roubo e/ou vazamento de informações para algumas empresas pode custar muito para a reputação, para o negócio e também para os cofres da empresa. A grande maioria dos hackers bloqueia os dados de uma empresa ou comercio e solicita um valor para poder liberar os mesmos, valores que podem ser muito elevados dependendo do porte da empresa. Muitas empresas e comércios da área de atuação da cooperativa já sofreram com esse tipo de problemas, sendo que a grande maioria não tem políticas de segurança nem políticas de backup (cópias de segurança).

Diante desse cenário o setor de tecnologia da informação elaborou um projeto para melhorar a sistemática e as políticas de segurança da informação da cooperativa. Políticas essas que envolvem sistemas para controle de acesso as informações, bloqueio de acessos indevidos a sistemas e a rede de computadores (firewall), proteção contra softwares indesejados (antivírus), cópias de segurança regulares dos dados e sistemas para evitar o acesso indevido as informações, bem como sequestro, exclusão ou bloqueio das mesmas por pessoas mal-intencionadas (geralmente hackers).

Além do projeto de segurança da informação o setor de tecnologia da informação da cooperativa elaborou um projeto para renovação da infraestrutura de servidores, visto que a infraestrutura atual não estava mais suportando a demanda de processamento e armazenamento da realidade atual da empresa, pois, a estrutura anterior foi adquirida no ano de 2012 que é considerado longo prazo em ambientes tecnológicos.

É importante ressaltar que a estrutura antiga não foi descartada, a mesma não supre mais a carga de processamento atual da forma adequada, mas ela será utilizada como backup/contingência, ou seja, caso exista a perda de algum dado ou haja algum problema físico na estrutura nova a estrutura antiga será acionada para recuperar um dado ou executar algum sistema/serviço.

Os projetos para renovação da infraestrutura de servidores, licenças e segurança da informação foram elaborados de maneira criteriosa e com auxílio de uma empresa especializada, o mesmo levou 6 meses para ser elaborado, validado e aprovado.

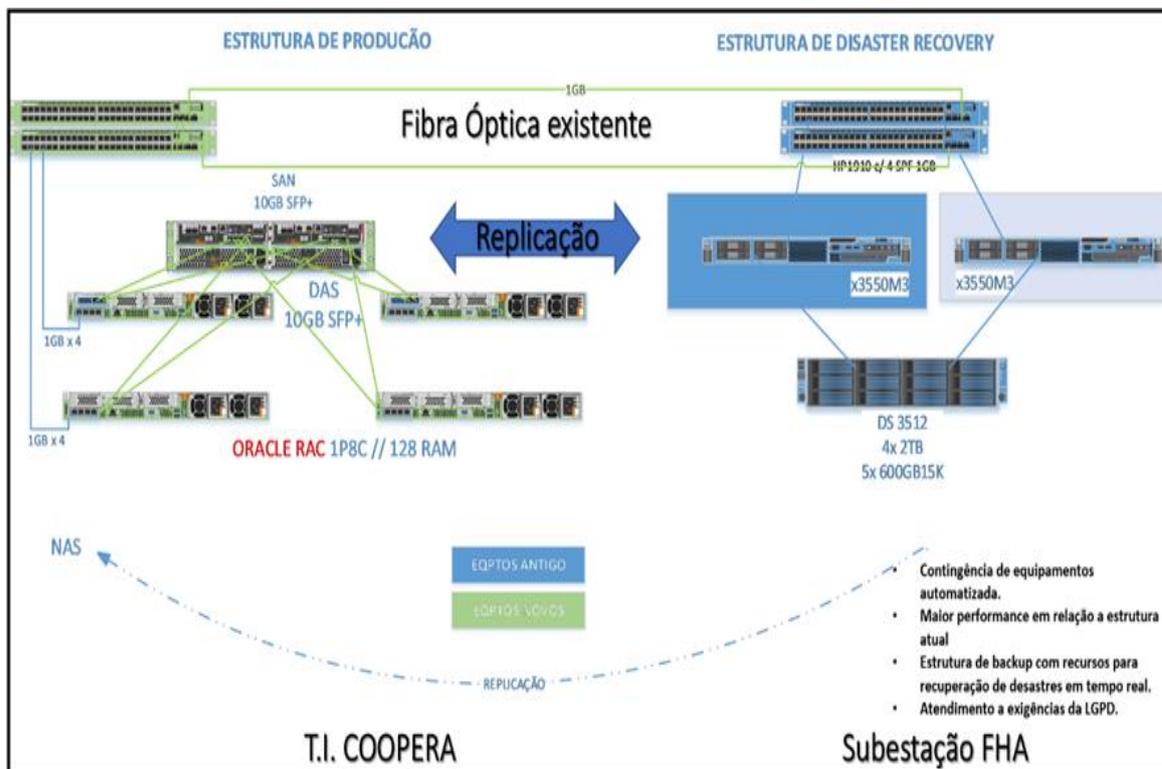
Diante disso o ano de 2021 foi um ano atípico no que tange aos investimentos em tecnologia da informação pois foi investido um total de R\$ 1,2 milhões, conforme detalhamento abaixo:

Investimentos em Tecnologia da Informação em milhares de R\$

Equipamento geral	60
Segurança (Firewall/Antivírus)	92
Infraestrutura de servidores (equipamentos e licenças)	1.122
Total	1.274

Infraestrutura de TI (Data Center) e Segurança da Informação

Conforme mencionado anteriormente a imagem abaixo ilustra o detalhamento da estrutura adquirida (a esquerda) conectada em contingência com a estrutura antiga (a direita):



Além da renovação da infraestrutura de servidores e licenças foram realizadas as seguintes aquisições e projetos:

Computadores:

Aquisição de 6 microcomputadores de última geração para substituição dos equipamentos mais obsoletos do parque de máquinas da cooperativa, melhorando assim a performance e agilidade dos usuários na execução das rotinas diárias no setor de Recursos Humanos (1), Contabilidade (1), Departamento Técnico (2), Comercial (1) e Almoxarifado (1).

Monitores:

Aquisição de 4 monitores de Led de 23 polegadas para substituir os monitores menores e mais antigos já apresentando mau funcionamento e também para padronizar os monitores aos demais já existentes nos setores Almoxarifado (2), Comercial (1) e Cobrança (1).

Faturamento

Aquisição de 5 impressoras térmicas portáteis utilizadas pelo setor de faturamento para impressão das faturas instantâneas no ato da leitura, pois as mesmas estavam apresentando defeito e gerando muito custo de manutenção mensal.

Softwares

No ano de 2021 foram atualizados os sistemas Useall E2 Comercial e Useall E2 COD para a versão WEB. As versões WEB são versões mais modernas que rodam a partir de um navegador de internet com vários recursos e facilidades. Anteriormente os sistemas eram instalados, configurados e executados no computador de cada usuário sendo necessário assim computadores mais robustos e várias configurações para os sistemas funcionarem. Com essa alteração todo o processamento é feito pelos servidores da infraestrutura de TI aumentando o desempenho e facilitando assim o acesso e utilização do mesmo pelos usuários, além da praticidade de utilizar o mesmo em computadores, celulares e tablets que anteriormente não era possível.

Tablets

Aquisição de 5 tablets de 10.4 polegadas para serem utilizados pelo setor do COD (centro de operação da distribuição) para controle de forma digital e em tempo real das solicitações de serviço não havendo mais a necessidade de serem impressas diminuindo consideravelmente a utilização de papel por alguns setores da cooperativa bem como a diminuição da utilização do rádio VHF dos veículos, automatizando mais os processos e liberando recursos para emergências e outros.

Outros Equipamentos

Aquisição de 1 TV de 40 polegadas para substituição da TV antiga do setor comercial que apresentou defeito devido ao tempo de uso. Essa TV é utilizada para exibir o sistema de controle de filas (tickets de senha) no setor comercial, aquisição de 1 roteador WiFi profissional para o espaço integra Coopera localizado no centro de Forquilha e aquisição de 5 kits de teclado e mouse para substituição dos equipamentos danificados por tempo de uso.

LGPD

Para atender a lei número 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a cooperativa contratou uma assessoria especializada para conduzir os trabalhos de implementação da lei junto aos seus profissionais. A Consultoria contratada foi o escritório de advocacia Steiner & Moura Ferro Adv. Associados de Criciúma o qual possui uma profissional especializada e com todas as certificações relacionadas a lei.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

ANÁLISE DO RESULTADO

O resultado de 2021 foi de R\$ 25,4 milhões, tendo registrado um aumento de 31,56%, equivalente a R\$ 6,1 milhões, em relação ao resultado de 2020, que foi de R\$ 19,3 milhões. A receita operacional líquida atingiu R\$ 114,9 milhões, enquanto em 2020 situou-se em R\$ 93,7 milhões.

As despesas operacionais totalizaram em R\$ 91,5 milhões para 2021, contra R\$ 76 milhões para o ano de 2020, apresentando um aumento de 20%. Destacamos o custo com energia elétrica comprada para revenda com um aumento de 20%, reflexo do retorno das atividades prejudicadas no ano de 2020 em virtude da pandemia da Covid 19.

Já os custos gerenciáveis, tais como pessoal, serviços de terceiros, depreciação e outros, variou em R\$ 6,5 milhões, que corresponde a um aumento de 21%. Destacamos aqui, os dispêndios de Construção da Infraestrutura, que sofreram uma variação na casa de 80% em relação ao ano anterior.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

No Ativo, as maiores variações se verificam no grupo de Caixa e Equivalentes de Caixa, com incremento de R\$ 6,2 milhões em relação ao ano anterior. O aumento está relacionado com as aplicações financeiras de excedentes, destinado a futuros investimentos já planejados pela cooperativa e a cobertura de eventuais desembolsos vinculados às contingências judiciais.

Ainda no Ativo, o grupo de Consumidores/Clientes teve um aumento de R\$ 5,3 milhões, devido ao grande número de renegociações de faturas de energia, ainda reflexo da pandemia da COVID 19.

No Passivo e Patrimônio Líquido, as variações mais expressivas são verificadas nas Reservas de Sobras, que acrescentaram em R\$ 19,3 milhões com as destinações estatutárias advindas do resultado positivo do ano.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações foi de R\$ 27 milhões, um aumento de 29,9% em relação a 2020, que foi de 21 milhões conforme variação expressa no gráfico.

Representação gráfica do EBITDA ou LAJIDA:



INVESTIMENTOS

Em 2021, os investimentos da cooperativa importaram em R\$ 12,6 milhões.

Modalidade	2021	2020
Manutenção e ampliação das redes	6.865	5.939
Subestação Santa Cruz	-	20
Subestação Caravaggio	25	-
Subestação Criciúma	299	-
Terreno - Subestação Criciúma	718	-
Edificações - Associação dos funcionários	1.355	-
Aquisição e/ou troca de veículos	2.111	-
Máquinas, Equipamentos, Móveis e Imóveis	1.280	428
Total	12.654	6.387

As atividades desenvolvidas no ano de 2021, conforme planejamentos foram baseadas nas reformas e ampliações da capacidade de atendimento de cargas na área de permissão da Coopera.

Durante esse período foram feitas intervenções na rede de distribuição a fim de atender a demanda de novos consumidores, loteamento e novas indústrias bem como melhorias para minimizar problemas de falta de energia causada por materiais e equipamentos depreciados e/ou avariados.

Para atendimento as solicitações dos cooperados e serviços programados, a cooperativa continuou investindo em aquisição de novos veículos com cestos aéreos, a fim de agilizar os processos de trabalho.

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2021				
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
AIS Bruto ¹	5.616	6.684	9.735	6.101	28.888	2.026	2.026	2.026
Transformador de Distribuição	843	826	1.229					
Medidor	536	509	707	520	520	520	520	520
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)				4.399	2.355	324	324	324
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	3.520	5.277	6.625	1.182	2.513	1.182	1.182	1.182
Redes Alta Tensão (69 kV)					19.000			
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)		38			4.500			
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	717	34	1.174		-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(333)	(807)	(982)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(333)	(807)	(982)					
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2021R	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P
Plano de Investimentos 2022	8.561	6.101	28.888	2.026	2.026	2.026
R\$ Mil	2021P	2022P	2023P	2024P	2025P	
Plano de Investimentos 2021	5.969	3.217	28.127	2.026	2.026	
Diferença	43,4%	89,7%	2,7%	0,0%	0,0%	

Anualmente a cooperativa deve apresentar as projeções de investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica. O PDD - Plano de Desenvolvimento da Distribuição, apresenta o resultado dos estudos de planejamento elétrico e energético das concessionárias e permissionárias de distribuição.

A ANEEL utiliza essas informações para acompanhar o planejamento e a evolução dos sistemas de distribuição de energia elétrica no país, além de usá-los para avaliar eventuais necessidades de aprimoramento da regulamentação vigente.

Os valores são classificados por tipo de equipamento (transformador e medidor), redes e subestações, segregados por faixa de tensão, devendo contemplar os valores do Ativo Imobilizado em Serviço-AIS Bruto e Obrigações Especiais.

Os valores contemplam as adições brutas (adições e transferências). Em virtude da conciliação do Demonstrativo Contábil com o PDD, a conta de Máquinas e Equipamentos em Ativo Imobilizado em Serviço – AIS Bruto da Atividade de Distribuição deve ter o mesmo montante do PDD.

Com relação aos investimentos projetados no PDD de 2020, em relação aos realizados em 2021, obtivemos uma variação de 43,4% no realizado.

Os principais motivos das diferenças no plano de investimentos são:

2021 - Atualização de orçamentos e inclusão de novas obras

2022 - Atualização de orçamentos e inclusão de novas obras

2023 - Alteração devido ao planejamento da nova subestação 69 kV

2024 - Atualização de orçamentos e inclusão de novas obras

2025 - Atualização de orçamentos e inclusão de novas obras

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

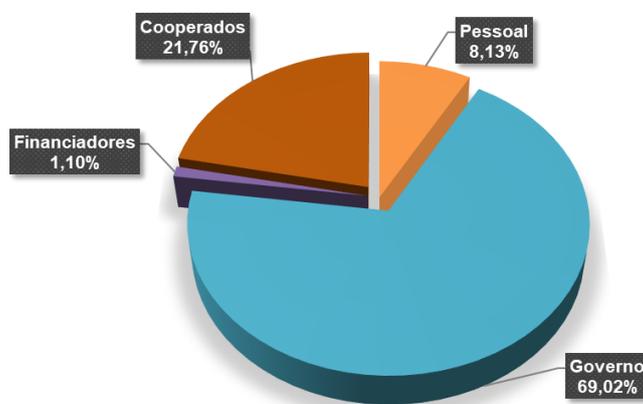
Em 2021 a cooperativa realizou a captação de recursos financeiros num montante de 3,1 milhões, que será utilizado para execução dos investimentos previstos para o exercício.

VALOR ADICIONADO

Em 2021, o valor adicionado gerado como riqueza pela cooperativa foi de R\$ 117,1 milhões, representando 60,74% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Valor Adicionado em 2021 - em milhares de R\$		
Distribuição	Valor	%
Pessoal	9.524	8,13
Governo	80.868	69,02
Financiadores	1.283	1,10
Cooperados	25.498	21,76
	117.174	100,00

Representação gráfica da DVA – Demonstração do Valor Adicionado:



POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS

Aos cooperados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, as quais foram totalmente destinadas para a distribuição na fatura de energia. Além disto, a cooperativa destinou 30% das sobras líquidas do exercício para o Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria, de modo a assegurar a realização de obras no exercício seguinte.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da cooperativa era de R\$ 20,3 milhões, composto por 20,3 milhões de cotas representadas por 25.001 sócios.

PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

A cooperativa revisa periodicamente o seu planejamento estratégico, através de estudo de ambiente competitivo, da filosofia empresarial e atribuição de objetivos estratégicos alinhados com a missão organizacional. Nestas revisões, são analisadas as quatro diferentes áreas: finanças, processos internos, clientes e aprendizagem, conduzindo um processo de definição de tendências relacionadas aos ambientes políticos, econômicos, sociocultural e tecnológico.

O êxito que a cooperativa vem obtendo no seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Esta concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das atividades, e ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação as mudanças de mercado.

As tendências identificadas, juntamente com o resultado do cenário empresarial, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas para os horizontes de curto e longo prazo.

GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL

Na busca constante da plena satisfação de seus clientes, a cooperativa, em 2021, expandiu o seu escopo de certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade para todos os seus processos internos, certificando através da Norma ABNT NBR ISO:9001:2015, a distribuição de energia elétrica, passando por uma auditoria da empresa BRTÜV que não evidenciou não-conformidades durante os trabalhos. Além disso, mantemos também o atendimento à norma ABNT NBR ISO 10002:2005 – Satisfação dos Clientes – Diretrizes para o tratamento das reclamações nas organizações.

GESTÃO DE PESSOAS

A cooperativa possui um setor de Gestão de Pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH, sendo eles: Agregar, Aplicar, Manter, Desenvolver, Monitorar e Recompensar. Aplicando corretamente os processos da gestão de pessoas, será possível capacitar e desenvolver colaboradores em novos conhecimentos e habilidades, recompensar desempenhos e comportamentos eficazes, estimular o comprometimento das pessoas, além de criar um bom e produtivo ambiente de trabalho, onde não só a organização se beneficie, mas também seus colaboradores, atingindo satisfação pessoal e contribuindo para o pleno sucesso organizacional.

Treinamentos e desenvolvimento profissional

Com o objetivo de estimular o desenvolvimento de habilidades, competências, oportunidade desde aprendizado e melhorar o desempenho funcional, a cooperativa promoveu em 2021, treinamentos para diversas áreas de atuação de seus colaboradores, realizados em parceria com a SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

Treinamentos realizados no ano:

- Curso NR 5 CIPA;
- Curso de atendimento ao público;
- Curso de direção defensiva e preventiva;
- Curso de Operador de Subestação;
- Curso de reciclagem Linha Viva;
- NR 10 – Reciclagem;
- NR 11 e 12 – Reciclagem Operador de Guindaste;
- Treinamento das normas técnicas e procedimentos de segurança;
- Planejamento estratégico;
- Noções básicas do SGQ.

Benefícios

Com o intuito de estimular os colaboradores e preocupada com a saúde dos mesmos, a Coopera possui uma série de benefícios tais como:

- **Bolsa de Estudos:** Além de todos os treinamentos acima citados a cooperativa tem o compromisso junto aos seus colaboradores, em incentivar com a Bolsa Educação nos seguintes cursos: Ensino médio, cursos técnicos, ensino superior e pós-graduação. Os colaboradores que fazem graduação na área a fim, também são beneficiados com auxílio educação do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).
- **Convênio com academia:** Pensando no bem-estar dos colaboradores, a cooperativa incentiva à atividade física. A mesma traz benefícios à saúde dos colaboradores, com reflexo na melhoria do humor e pode reduzir traços de ansiedade, pessoas saudáveis e bem-dispostas dedicam-se mais ao trabalho, ausentam-se menos de seus setores, respondendo com maior desempenho na equipe.
- **Plano de Saúde:** A cooperativa disponibiliza a seus colaboradores o plano de saúde corporativo em parceira com a UNIMED. Onde a empresa beneficia com 60% do valor da mensalidade para colaborador e para seus dependentes. Este plano é muito vantajoso, pois o custo é menor em comparação com um plano de saúde contratado de forma individual. Além disso, ainda existe a vantagem tributária, pois o valor pago pelo funcionário pode ser deduzido integralmente no Imposto de Renda, como despesas com saúde.
- **Refeitório:** A cooperativa possui um refeitório, através deste benefício, a empresa contribui para o acompanhamento nutricional e melhoria da saúde de seus colaboradores. As refeições são acompanhadas por uma nutricionista.

- **Seguro de Vida:** Desde o momento de sua contratação, o colaborador é contemplado com uma apólice de seguro de vida, firmado junto à seguradora Liberty Seguros S/A. Do ponto de vista da cooperativa, oferecer um seguro de vida a seus colaboradores representa um benefício que proporciona tranquilidade quanto à segurança do colaborador e de seus familiares.
- **Uniforme:** É disponibilizado, gratuitamente aos colaboradores, uniformes com periodicidade anual, sendo um diferencial para identificação dos colaboradores.
- **Vacina da gripe:** A cooperativa disponibiliza a vacina contra a gripe (H1N1) a todos os colaboradores e familiares. A vacinação é realizada por um laboratório responsável devidamente habilitado. A imunização apresenta benefícios não só para os funcionários, mas para a empresa.
- **Teste COVID:** A cooperativa disponibiliza a todos os colaboradores os testes de COVID 19.

Para os funcionários que estão iniciando no trabalho, a cooperativa disponibiliza a integração, onde os novos funcionários conhecem um pouco sobre a história da cooperativa, recebem informações com relação à importância do uso de equipamento de Proteção Individual (EPI's), são informados sobre direitos e deveres, a Política da Qualidade, os benefícios oferecidos pela empresa e as práticas de boa vivência.

Oportunidade para muitos jovens a vaga do primeiro emprego, o Programa Jovem Aprendiz, auxilia os jovens na carreira profissional, e integra-os ao mercado de trabalho.

Segurança no trabalho

A conscientização para a importância do uso correto dos equipamentos e o respeito às Normas Técnicas, criada pela FECOERUSC - Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado de Santa Catarina, são a mola propulsora das iniciativas desenvolvidas pela cooperativa, para garantir a segurança de seus trabalhadores, para que possam realizar um trabalho seguro, controlando ou eliminando os riscos de acidentes.

SIPAT

A cooperativa promove a Semana da SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho). O objetivo desse evento é chamar a atenção dos funcionários para a importância da prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais. A SIPAT também busca capacita-los para a prevenção, por meio de uma programação com atividades diversas

PLANO DE METAS 2022
INVESTIMENTOS EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO

Endereço	Cidade	Valor estimado em R\$ mil
Bairro Santa Isabel	Forquilha	681
Loteamento Benincá - 1ª Linha	Criciúma	279
Caravággio - Vila dos Fenali e Distrito Industrial	Nova Veneza	197
Rodovia Jacob Westrup - 4ª etapa - São Gabriel	Forquilha	38
Ouro Negro / Nova York - 6ª etapa	Forquilha	78
São Defende / Mãe Luzia	Criciúma	385
Loteamento HG 4ª Linha	Criciúma	364
Loteamento Divineira 4ª Linha	Criciúma	20
Loteamento Severino Rosso 4ª Linha	Criciúma	30
Loteamento Sol Nascente 4ª Linha	Criciúma	207
MM Rosso / BR 101 4ª Linha	Criciúma	140
BR 101 Rótula São Domingos / Morro Albino	Criciúma	50
Loteamento Bolan Verdinho	Criciúma	80
Loteamento Vista Alegre e Centro do Verdinho	Criciúma	80
Vila Franca - Centro	Forquilha	90
Jardim Montevideo	Criciúma	203
Rio Cedro Médio	Nova Veneza	420
São Bento Baixo	Nova Veneza	861
		4.204

Investimentos em Troca/Aquisição de Veículos

Veículo/Modelo	Valor em milhares de R\$
AQUISIÇÃO	1.174
Fiat Strada Cabine Simples	89
03 Veículos a diesel, com PBT mínimo de 5.000 Kg	765
02 cestos aéreos isolados para 46 Kv com altura de trabalhado de 13,5 mt	320
SUBSTITUIÇÃO	(478)
Fiat Strada Cabine Simples ano 2016	(50)
01 caminhão Volkswagem 08 -150, ano 2012, acoplado com cesto aéreo da marca Guiton 10,5 LV	(165)
01 Camionete Iveco / Daily55C17, ano 2013 acoplado com cesto Masal Micro Sky não isolado, com altura de trabalho de 10 mt	(137)
01 Camionete Iveco / Daily55C17, ano 2017	(126)
TOTAL	696

Investimentos em Capacitação Profissional

Evento	Nº Participantes	Valor em R\$ mil
Irmensão com Coordenadores	15	
Imersão com Colaboradores	69	SESCOOP
Curso NR05 Cipeiros Novos	8	SESCOOP
Sendi -Seminario Nacional Distribuição de Energia Eletrica		SESCOOP
CONARH Congresso Nacional de Recursos Humanos	12	SESCOOP
Enconsel - Encontro Nacional dos Contadores do setor de Energia Eletrica	1	SESCOOP
Capacitação Normas Tecnicas	20	SESCOOP
Worshop Enose- Encontro Nacional de agentes setor eletrico	1	2
Rotinas de Recursos Humanos	3	2
Rotinas Contabil	4	2
Rotinas Administrativa	todos	5
Constelação Empresarial	16	20
Palestra Motivacional.	3	SESCOOP
Curso de Telefonista e Recepção	2	SESCOOP
Encontro Nacional de Recursos Humanos	2	8
Enconsel	1	4
Bolsa de Estudos		22
	TOTAL	65

Investimentos em Tecnologia da Informação – TI

Descrição	Valor em R\$ mil
Micro Computador (I5, 8GB, placa mãe Asus HDMI e HD 240GB SSD)	22
Monitores 23 polegadas de LED (VG/DVI/HDMI)	4
Smartphone Caterpillar S41	10
Bateria Impressora térmica Zebra ZQ 521	5
Nobreak 6.0kVa + Chave de transferência automática	2
Baterias NoBreak DataCenter	18
Mão de obra troca Baterias NoBreak DataCenter	2
Antivírus Sophos Intercept Advanced (1)	0
HD SSD 480GB 2.5 para backup diário Oracle	9
HD SSD 3.2TB Storage	54
Access Point Ubiquiti UniFi - UAP-AC-LR	4
TV 43 polegadas (câmeras no video Wall COD)	2
SmartPhone COD PLANTÃO	2
Repetidora Motorola	30
Total	164

Investimentos no Setor de Cooperativismo

AÇÕES DO EIXO EMPREENDEDORISMO	
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	
Projeto Orientação Profissional nas escolas	
Cursos de capacitações técnicas e mercado de trabalho	
CURSOS SATC	20
EAD e Presenciais	
CURSOS LIVRES	150
Pizza com fermentação natural	
Saboaria	
Auriculoterapia	
Aromaterapia	
Curso de cerveja artesanal	
Atendimento ao público	
Curso Matemática financeira	
Orçamento doméstico, finanças pessoais	
Curso de excel	
Educação financeira	
Curso de Cuidador de Idosos	
Vendas e investimentos	
Gestão do Tempo	
Oratória	
Curso de garçons	
Curso de auxiliar de cozinha	
Curso de redes sociais	
Primeiros Socorros	
Curso óleos essenciais	
Curso de auriculoterapia	
Nutrição orientação saudável	
Cozinha Orgânica + horta	
Gastronomia	
Gastronomia de outros países	
Gastronomia adolescentes	
Panificação de fermentação natural	
Geléias	
Licores	
Confeitaria	
Cucas e panetones	
Alimentação saudável	
Reaproveitamento de alimentos	
CURSOS MODULARES	170
Italiano	
Alemão	
Espanhol	
Inglês	
Trilha Comércio	
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	50
Arte da Terra	
Gestão Empresarial	
Projeto de Gestão Empresarial - Definir temas	
Intercooperação	
Encontro de Intercooperação do Extremo Sul - Planejamento de ações conjuntas e boas práticas	
Montar uma Plataforma em Rede: (Conjunto dos itens abaixo)	
*Elaborar programa de intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre cooperativas	
*Rede de contatos - com banco de dados para consulta de informações sobre produtos e serviços	
*Incentivar a criação de Centro de capacitação exclusivo para colaboradores de cooperativas	
*Criar redes de comunicação entre as cooperativas para compartilhamento de ideias,	
*Criar um centro de serviços compartilhados e de comunicação integrada	
Promover negócios entre as cooperativas por meio de feiras e eventos	
TOTAL DO EIXO	390

AÇÕES DO EIXO - SUSTENTABILIDADE	
PEE (Programa de Eficiência Energética)	50
Casa autosustentável em container	
Agenda de visitas das escolas	
SuperXoke	
Jogos educativos + revistinhas	
Teatro de eficiência energética	
Brindes e materiais da casa	
Aproximação com o cooperado	
SERVIÇOS + Terapias integrativas	75
Atendimento Psicológico	
Maurício Atendimento adulto	
Samara Atendimento infantojuvenil	
Massoterapia idoso	
Barra access	
Heiki	
Yoga	
Dança circular	
OFICINAS	100
Desenho Artístico	
Flauta	
Xadrez	
Violão	
Teatro infantil	
Técnica em EVA	
Técnica Bauer em superfície	
Técnica Bauer bolacha	
Estimular a participação das mulheres na cooperativa (Conselhos)	30
Modular Núcleo Novo	
Participação do cooperado na gestão	
Curso de Cooperativismo e Governança EAD (SATC)	
Manual de Integração do Cooperado	
Apoio às pequenas cooperativas e associações	
Capacitação para projetos	
Liderança Comunitária	
PE (Planejamento Estratégico)	
OQS (Organização do Quadro Social)	
Núcleo Feminino	30
PDGC (Programa de Desenvolvimento das Cooperativas)	
Capacitar dirigentes	5
Rever o Manual de Integração da Administração	
Regimento Interno Eleição	
Questionário de Governança	
Questionário de Gestão	
LABS EM REDE - Laboratório de Inovação Social	200
COOPERA em Ação - Dia C (Dia de Cooperar)	
Mentoria - (Naiany)	
Workshop LABs em Rede - (Timóteo)	
Regimento Interno do LABs	
Coletivo Catavento cultural	
Coletivo Educação (por uma escola que encante)	
Coletivo Mão Amiga	
Coletivo Encantos do Futuro	
Coletivo Espelho, Espelho Meu	
Coletivo Arte de Cuidar	
MOVIMENTO ODS	50
Atividade ODS na prática	
Projetos pequenos ODS	
TOTAL DO EIXO	540

AÇÕES DO EIXO - TECNOLOGIA	
Espaço Coletivo	30
Espaço para Coworking	
Ambiente Virtual do Integra Coopera	
Site do espaço	
Cadastro de Usuários - Online - Site	
Pesquisa de Satisfação - Online	
TOTAL DO EIXO	30
AÇÕES DO EIXO - GESTÃO COOPERATIVA	
Projeto Coopera nas Escolas	30
Elaboração de projeto para 2022	
Criar novo nome para o projeto	
Educação cooperativa	20
Revistinha do SuperXoke	
Revistinha do SuperXoke Tean	
Canal do YouTube do SuperXoke	
Evento de lançamento dos episódios no primeiro semestre de 2022	
Marketing Comunitário	160
Plano de comunicação do Integra Coopera	
Folder do Integra Coopera para 2022	
Informativos externos (News Letter) - PDF NAVEGÁVEL	
Canais - WhatsApp, Instagram e site	
Pontos de Leitura INTEGRA COOPERA	
Biblioteca aberta no Espaço Colaborativo	
Gestão de Espaço	150
Água + Aluguel + Internet + Energia casa e container + materias de limpeza, copa e almoço	
Jardinagem + manutenções pequenas + utencílios + gasolina	
Folha de pagamento	375
Parceiros estratégicos do espaço	
Critérios de definição de parcerias e orçamento das atividades	
Definição de parceiros por demanda de solução	
Parceria em pesquisas	
TOTAL DO EIXO	735
TOTAL GERAL	1.695

COOPERATIVA EM NÚMEROS

Atendimento	2021	2020	%
Número de consumidores	26.343	26.030	1,20
Número de empregados	77	81	-4,94
Número de consumidores por empregado	342	321	6,46
Número de localidades atendidas (municípios)	4	4	0,00
Número de postos de atendimentos	4	4	0,00
Mercado			
Área de permissão (Km ²)	500,38	500,38	0,00
Demanda máxima (MW)	68,37	66,76	2,41
Distribuição direta (GWh)	335.022	306.421	9,33
Consumo residencial médio (KWh/ano)	2.732,31	2.755,82	-0,85
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	485,34	386,39	25,61
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	565,20	462,96	22,09
Industrial	458,48	359,89	27,40
Comercial	594,62	484,13	22,82
Rural	477,29	365,18	30,70
Poder Público	624,74	528,79	18,14
Iluminação Pública	546,85	290,77	88,07
Serviços Públicos	389,27	435,69	-10,65
Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas) Conjunto	3,22	3,94	-18,27
FEC (número de interrupções) Conjunto	4,06	3,45	17,68
Operacionais			
Número de subestações	2	2	0,00
Linhas de distribuição (Km)	24,97	24,97	0,00
Redes de distribuição (km)	1.808,00	1.783,86	1,35
Capacidade instalada (MVA)	198,67	193,40	2,72
Financeiros Contabilidade Societária			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	192.891	135.321	42,54
Receita operacional líquida (R\$ mil)	114.990	93.773	22,63
Margem operacional do serviço líquida (%)	22,17%	20,67%	7,29
Lucro líquido (R\$ mil)	25.498	19.381	31,56
Patrimônio líquido (R\$ mil)	111.220	89.741	23,93
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	22,93%	21,60%	6,15
Endividamento do patrimônio líquido (%)	48,18%	58,16%	-17,16
Em moeda nacional (%)	100,00%	100,00%	0,00
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00
Performance			
Custo médio dos funcionários (R\$)	17.122,67	10.575,02	61,92
Energia comprada por funcionário (MWh)	4.620,81	4.033,89	14,55
Energia comprada por consumidor (MWh)	13,51	12,55	7,60
Retorno de ativos por unidade:	0,75	0,68	0,10

AGRADECIMENTOS

Encerramos aqui nosso relatório de administração societário, trazendo uma série de dados e informações do que aconteceu no exercício que se findou e que é de interesse dos nossos cooperados. Na sequência apresentamos para análise e avaliação, toda a movimentação econômica financeira, compilada no Balanço Patrimonial e Demonstrativo das Sobras e Perdas, bem como as notas explicativas com o devido parecer da Auditoria Externa.

Queremos registrar a nossa gratidão aos sócios e consumidores, a razão de nossa dedicação e esforço, o nosso muito obrigado pela confiança que nos foi depositada, por acreditarem no trabalho dessa administração. Agradecer também aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da cooperativa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de nossos colaboradores, que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever, fortalecendo ainda mais nossa cooperativa. Extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da cooperativa.

A todos, o nosso mais profundo agradecimento.

Forquilha/SC, abril de 2022

Walmir João Rampinelli

Presidente da Coopera Energia

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2021
Balço Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	2021	2020
CIRCULANTE		72.132	59.969
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	42.725	36.479
Consumidores/Clientes	7	24.003	18.625
Serviços em Curso	8	541	411
Tributos Compensáveis	9	392	548
Almoxarifado Operacional	10	375	238
Ativos Financeiros Setoriais	11	2.770	2.752
Despesas pagas antecipadamente	12	308	240
Outros Ativos Circulantes	13	1.018	676
NÃO CIRCULANTE		92.674	81.964
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		19.741	46.520
Consumidores/Clientes	7	1.188	1.343
Tributos Compensáveis	9	580	456
Ativo Indenizável (Permissão)	14	17.973	44.721
INVESTIMENTOS	15	773	727
IMOBILIZADO NÃO VINCULADO A PERMISSÃO	16	1.775	422
INTANGÍVEL	17	70.385	34.295
TOTAL DO ATIVO		164.806	141.933

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2021
Balço Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NOTA	2021	2020
CIRCULANTE		38.856	33.441
Fornecedores	18	5.076	4.694
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19	1.924	1.798
Tributos	9	3.578	2.737
Encargos Setoriais	21	10.052	2.741
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	22	-	1.600
Passivos Financeiros Setoriais	11	10.915	14.226
Outros Passivos Circulantes	24	7.311	5.645
NÃO CIRCULANTE		14.730	18.751
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		14.730	18.751
Empréstimos e Financiamentos	20	3.116	-
Provisões para Litígios	23	2.594	2.303
Passivos Financeiros Setoriais	11	-	9.324
Outros Passivos Não Circulantes	24	9.020	7.124
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26	111.220	89.741
Capital Social		20.388	19.665
Reserva Legal		52.188	41.495
FATES		5.035	3.582
Reserva de Manut. Ampliação e Melhoria		28.266	21.043
Sobras a Disposição da AGO		5.343	3.956
TOTAL DO PASSIVO		164.806	141.933

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2021
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO
(Valores expressos em milhares de reais)

	NOTA	2021	2020
INGRESSOS/RECEITAS	28	192.891	135.321
Fornecimento de Energia Elétrica		176.018	124.352
Ingressos/Receitas de Construção da Infraestrutura		13.308	7.355
Outros Ingressos Operacionais		3.565	3.614
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS/RECEITAS	30	(77.901)	(41.548)
Impostos e Contribuições Sobre a Receita		(33.302)	(24.022)
Encargos Setoriais		(44.599)	(17.526)
INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31	114.990	93.773
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(81.772)	(65.978)
Dispêndios com Energia Elétrica Adquirida	33	(54.132)	(45.521)
Custo de Operação			
Pessoal		(7.433)	(6.656)
Material		(1.103)	(937)
Serviços de Terceiros		(1.371)	(1.352)
Depreciação e Amortização		(3.805)	(3.631)
Dispêndios/Despesas de Construção da Infraestrutura		(13.308)	(7.355)
Outros Custos de Operação		(620)	(526)
SOBRA BRUTA		33.218	27.795
OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS		(9.792)	(10.417)
Dispêndios/Despesas com vendas		(455)	(1.364)
Dispêndios/Despesas gerais e Administrativas	34	(8.388)	(7.900)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	35	(949)	(1.153)
RESULTADO FINANCEIRO	36	2.750	2.361
Ingressos/Receitas Financeiras		4.033	2.547
Dispêndios/Despesas Financeiras		(1.283)	(186)
SOBRAS ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IR		26.176	19.739
Contribuição Social	38	(186)	(101)
Imposto de Renda	38	(492)	(257)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		25.498	19.381

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2021
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO TRIBUTÁVEL
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo
INGRESSOS/RECEITAS	192.891	192.422	470
Fornecimento de Energia Elétrica	176.018	175.607	412
Receita de Construção da Infraestrutura	13.308	13.308	0
Outros Ingressos Operacionais	3.565	3.507	58
DEDUÇÕES DOS INGRESSOS/RECEITAS	(77.901)	(77.726)	(176)
Impostos e Contribuições Sobre a Receita	(33.302)	(33.231)	(71)
Encargos Setoriais	(44.599)	(44.495)	(105)
INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	114.990	114.696	294
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(81.772)	(81.609)	(164)
Dispêndios com Energia Elétrica Adquirida	(54.132)	(54.006)	(126)
Custo de Operação			
Pessoal	(7.433)	(7.414)	(20)
Material	(1.103)	(1.101)	(3)
Serviços de Terceiros	(1.371)	(1.368)	(4)
Depreciação e Amortização	(3.805)	(3.795)	(10)
Custo de Construção da Infraestrutura	(13.308)	(13.308)	0
Outros Custos de Operação	(620)	(619)	(1)
SOBRA BRUTA	33.218	33.086	130
OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS	(9.792)	(9.767)	(25)
Dispêndios/Despesas com vendas	(455)	(455)	(0)
Dispêndios/Despesas gerais e Administrativas	(8.388)	(8.366)	(22)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(949)	(946)	(3)
RESULTADO FINANCEIRO	2.750	2.751	(1)
Ingressos/Receitas Financeiras	4.033	4.031	2
Dispêndios/Despesas Financeiras	(1.283)	(1.280)	(3)
SOBRAS ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IIR	26.176	26.071	104
Contribuição Social	(186)	(176)	(9)
Imposto de Renda	(492)	(467)	(25)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	25.498	25.428	70

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2021
DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	2020
Sobra/Lucro Líquido do Exercício	25.498	25.428	70	19.381
Realização de Reservas	1.288	1.288	-	552
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional -	1.288	1.288	-	552
Base para destinações	26.786	26.716	70	19.933
Fundo de Reserva Legal (40%)	(10.686)	(10.686)	-	(7.912)
Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES (10%)	(2.672)	(2.672)	-	(989)
Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES (Resultado c/Não Cooperados)	(70)		(70)	(154)
Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria (30%)	(8.015)	(8.015)	-	(6.922)
Sobras a Disposição da Assembleia	5.343	5.343	-	3.956

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2021
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas Estatutárias				Sobras a disposição da AGO	Totais
	Capital Social	Reserva Legal	FATES	Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria		
Saldo em 31/12/2019	18.295	33.584	2.991	47.746	1.673	104.289
1 - Aumento de Capital:						
Por Integralização de Quotas	14	-	-	-	-	14
Incorporação de Reservas	1.775	-	-	(1.775)	-	-
Deliberação AGO	31.851	-	-	-	-	-
2 - Diminuição de Capital:						
Retirada de Capital	(419)	-	-	-	-	(419)
Deliberação AGO	(31.851)	-	-	-	-	(31.851)
3 - Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	19.381	19.381
4 - Destinação do Resultado - AGO						
Distribuição de Sobras	-	-	-	-	(1.673)	(1.673)
5 - Aumento das Reservas						
Destinações Estatutárias	-	7.911	1.143	6.923	(15.977)	-
6 - Diminuição das Reservas						
Realização do FATES	-	-	(552)	-	552	-
Deliberação AGO				(31.851)		
Saldo em 31/12/2020	19.665	41.495	3.582	21.043	3.956	89.741
1 - Aumento de Capital:						
Por Integralização de Quotas	14	-	-	-	-	14
Incorporação de Reservas	792	-	-	(792)	-	-
Deliberação AGO						
2 - Diminuição de Capital:						
Retirada de Capital	(83)	-	-	-	-	(83)
Deliberação AGO						
3 - Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	25.498	25.498
4 - Destinação do Resultado - AGO						
Distribuição de Sobras	-	-	-	-	(3.956)	(3.956)
5 - Aumento das Reservas						
Destinações Estatutárias	-	10.687	2.741	8.015	(21.443)	-
Créditos não reclamados	-	6	-	-	-	6
6 - Diminuição das Reservas						
Realização do FATES		-	(1.288)		1.288	-
Deliberação AGO						
Saldo em 31/12/2021	20.388	52.188	5.035	28.266	5.343	111.220
Mutações do Período	723	10.693	1.453	7.223	1.387	21.479

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2021
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	162.915	121.514
Subsídios tarifários e Redução Tarifária	1.267	26.174
Outros Recebimentos Operacionais	1.907	1.381
Fornecedores - Materiais e Serviços	(4.956)	(5.373)
Fornecedores - Energia Elétrica	(43.461)	(36.276)
Fornecedores - Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(9.461)	(7.758)
Salários e Encargos Sociais	(10.546)	(10.146)
Caixa Gerada pelas Operações	97.665	89.516
Encargos Regulatórios	(38.866)	(16.000)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(592)	(625)
Tributos Estaduais (ICMS)	(32.110)	(23.040)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	26.097	49.851
Repassé COSIP e outros convenios	(6.243)	(5.423)
Dispendios cobertos pelo FATES	(1.227)	(594)
Outras Despesas Operacionais	(2.230)	(1.864)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	16.397	41.970
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(14.228)	(6.147)
Compra de Ativo Imobilizado/Intangível	(14.228)	(6.147)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	2.169	35.823
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	4.077	(31.657)
Empréstimos	3.074	(189)
Receitas de Aplicações Financeiras	1.029	763
Outras Receitas Financeiras	43	25
Integralização de Capital	14	14
Devolução de Capital	(83)	(419)
Repassé desmembramento	-	(31.851)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	6.246	4.166
Caixa e Equivalentes de Caixa no Começo do Período	36.479	32.313
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	42.725	36.479
Variação Líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	6.246	4.166

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2021
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Valores expressos em milhares de reais)

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2021	2020
RECEITA BRUTA	192.436	133.957
Venda de Energia e Serviços	176.018	124.352
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(455)	(1.364)
Outros Resultados Operacionais	3.565	3.614
Receita de Construção da Infraestrutura	13.308	7.355
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(75.369)	(60.467)
Energia Comprada para Revenda	(54.132)	(45.521)
Outros Insumos Adquiridos	(3.520)	(3.734)
Material e Serviços de Terceiros	(4.409)	(3.857)
Custo de Construção da Infraestrutura	(13.308)	(7.355)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	117.067	73.490
(-) RETENÇÕES	(3.927)	(3.677)
Depreciação do período	(3.927)	(3.677)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	113.140	69.814
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO	4.033	2.547
Ingressos/Receitas Financeiras	4.033	2.547
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	117.173	72.361
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	117.173	72.361
Pessoal	9.524	8.821
Remunerações	8.003	7.404
Encargos Sociais (exceto INSS)	688	744
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	833	673
Governo	80.868	43.973
INSS (sobre folha de pagamento)	2.035	1.851
ICMS	33.282	24.004
Imposto de Renda e Contribuição Social	698	376
Outros(PIS, COFINS, Encargos Setoriais, Outros)	44.853	17.741
Financiadores	1.283	186
Outros Encargos Financeiros	1.283	186
Cooperados	25.498	19.381
Sobras Retidas	25.498	19.381

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro 2021
BALANÇO SOCIAL
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2021			2020		
Receita Líquida (RL)	114.990			93.773		
Resultado Operacional (RO)	23.426			17.378		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	15.821			10.279		
2 Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% S/FPB	%S/RL	R\$ mil	% S/FPB	%S/RL
Alimentação	274	1,73%	1,73%	209	2,04%	2,04%
Encargos Sociais Compulsórios	2.723	17,21%	17,21%	2.595	25,25%	25,25%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	419	2,65%	2,65%	352	3,42%	3,42%
Segurança e saúde no trabalho	63	0,40%	0,40%	61	0,59%	0,59%
Educação	10	0,06%	0,06%	12	0,12%	0,12%
Capacitação e desenvolvimento profissional	29	0,19%	0,19%	27	0,26%	0,26%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Lazer e diversão	18	0,11%	0,11%	22	0,21%	0,21%
Outros (Seguros)	80	0,51%	0,51%	74	0,72%	0,72%
Total - Indicadores Sociais Internos	3.617	22,86%	22,86%	3.352	32,61%	32,61%
3 Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% S/RO	%S/RL	R\$ mil	% S/RO	%S/RL
Educação	563	2,40%	0,49%	175	1,01%	0,19%
Cultura	35	0,15%	0,03%	4	0,03%	0,00%
Saúde e saneamento	119	0,51%	0,10%	263	1,51%	0,28%
Habitação	-	-	-	-	-	-
Esporte	20	0,08%	0,02%	3	0,02%	0,00%
Lazer e diversão	-	-	-	-	-	-
Creches	-	-	-	-	-	-
Alimentação	2	0,01%	0,00%	2	0,01%	0,00%
Outros	153	0,65%	0,13%	81	0,47%	0,09%
Total das Contribuições para a sociedade	891	3,80%	0,77%	528	3,04%	0,56%
Tributos - excluídos encargos sociais	77.901	332,54%	67,75%	41.548	239,08%	44,31%
Total - Indicadores Sociais Externos	78.792	336,34%	68,52%	42.076	242,12%	44,87%
4 Indicadores Ambientais	R\$ mil	% S/RO	%S/RL	R\$ mil	% S/RO	%S/RL
Relacionados com a operação da empresa	12	0,05%	0,01%	3	0,02%	0,00%
Em Programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	12	0,05%	0,01%	3	0,02%	0,00%
5 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades		Em Unidades			
Nº de empregados ao final do período	77		77			
Nº de admissões durante o período	4		3			
Nº de empregados terceirizados	0		0			
Nº de empregados acima de 45 anos	29		23			
Nº de mulheres que trabalha na empresa	16		16			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0		0			
Nº de negros que trabalha na empresa	0		0			
% de cargos de chefia ocupados por negros	0		0			
Nº de empregados portadores de deficiência	0		0			

6 Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	26,77	14,81
Número total de acidentes de trabalho	0	1
	() Direção	() Direção
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	(x) Direção e Gerências	(x) Direção e Gerências
	() Todos(as) os(as) Empregados(as)	() Todos(as) os(as) Empregados(as)
	() Direção e Gerências	() Direção e Gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() Todos(as) os(as) Empregados(as)	() Todos(as) os(as) Empregados(as)
	(x) Todos(as) + CIPA	(x) Todos(as) + CIPA
	() Direção	() Direção
A previdência privada contempla:	() Direção e Gerências	() Direção e Gerências
	() Todos(as) os(as) Empregados(as)	() Todos(as) os(as) Empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() Direção	() Direção
	() Direção e Gerências	() Direção e Gerências
	() Todos(as) os(as) Empregados(as)	() Todos(as) os(as) Empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() Não São Considerados	() Não São Considerados
	() São Sugeridos	() São Sugeridos
	(x) São Exigidos	(x) São Exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() Não se Envolve	() Não se Envolve
	(x) Apoia	(x) Apoia
	() Organiza e Incentiva	() Organiza e Incentiva
	Na Empresa: 4.480	Na Empresa: 5.695
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as)	Na ANEEL: 01	Na ANEEL: 00
	No Procon: 01	No Procon: 00
	Na Justiça: 02	Na Justiça: 08
% de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	Na Empresa: 100%	Na Empresa: 100%
	No Procon: 100%	No Procon: 100%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em R\$ mil)	117.173	72.361
Distribuição do Valor Adicionado:		
Pessoal	8,13%	12,19%
Governo	69,01%	60,77%
Financiadores	1,10%	0,26%
Cooperados	21,76%	26,78%

7) Outras Informações

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: coopera@coopera.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021****(Valores expressos em milhares de reais)****Nota 01 – Contexto Operacional**

A Cooperativa Pioneira de Eletrificação – Coopera, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Forquilha, estado de Santa Catarina, Brasil, e tem como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Nota 02 – Da Permissão

As áreas de permissão estão situadas nos municípios Forquilha, Criciúma, Nova Veneza e Maracajá, todos no Estado de Santa Catarina, e são aquelas delimitadas durante a instrução do processo administrativo nº 48500.001376/2000-46 de regularização, especificadas na resolução homologatória nº 534, de 14 de agosto de 2007 e homologadas pela resolução autorizativa nº 1.564, de 23 de setembro de 2008, constantes do contrato de permissão assinado em 28 de novembro de 2008. Prazo inicial da permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica era de 20 (vinte) anos, alterados para 30 (trinta anos) através do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Permissão, assinado em 15 de abril de 2021.

De acordo com o contrato de permissão dos serviços de distribuição, a outorgada está autorizada a cobrar de seus cooperados e consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos relacionados às atividades de transmissão e geração de energia elétrica, além dos encargos setoriais definidos em legislação específica, cujos montantes e preços, escapam à vontade ou gestão da distribuidora, classificados como “não gerenciáveis” (Custos da Parcela A); e (2) uma parcela relativa aos custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela permissionária, classificados como “gerenciáveis” (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas e/ou revistas anualmente nos processos de reajuste tarifário.

Nota 03 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

Estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como o CPC PMEs. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

A cooperativa não possui outros resultados abrangentes, motivo pelo qual não está apresentando a demonstração do resultado do exercício abrangente, pois esta equivale a demonstração do resultado do exercício.

Nota 04 – Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei n.º 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade.

a) Isenções Adotadas

Na preparação das demonstrações contábeis da data de transição de acordo como o CPC 43 – Adoção Inicial dos CPC's 15 a 40, a cooperativa aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva dos novos pronunciamentos contábeis.

A cooperativa adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa:

- Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros: a Cooperativa optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 38 na data de transição dos novos CPC's. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.
- Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01: a cooperativa considerou impraticável remensurar os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando por manter o custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, adotada anteriormente como valor do imobilizado, como: (I) ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados e que serão amortizados até o final da concessão e (II) ativo financeiro indenizável, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

Descrição dos principais ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações contábeis da cooperativa:

(b.1) Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual). As empresas devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela cooperativa, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

(b.2) Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05) – Estas normas orientam os concessionários e permissionários sobre a forma de contabilização de concessão de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviço.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de permissão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da permissão, a cooperativa reconheceu: (I) um ativo intangível correspondente à permissão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para realização dos serviços públicos, e (II) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pela concedente.

O ativo intangível da cooperativa, reconhecido como remuneração pela prestação de serviço de construção é mensurado pelo custo de aquisição.

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de permissão será calculado pelo órgão concedente em função da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Considerando que ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor, esse ativo financeiro já se encontra a valor presente.

(b.3) Contratos de Construção (CPC 17) – Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico a cooperativa contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, conforme na nota explicativa n. 5 (L.2).

Nota 05 – Principais Práticas Contábeis Societárias

a) Conversão de Operações em Moeda Estrangeira

A cooperativa não possui operações denominadas em moeda estrangeira, e sua moeda funcional é o Real (R\$).

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos em curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações em curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias, bem como os vencimentos superiores a 90 dias, são consideradas como equivalentes de caixa.

c) Consumidores

Englobam os créditos de energia faturada e estimativa de energia fornecida e não faturada até 31 de dezembro de 2021, com base no regime de competência. Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

d) Almoxarifado Operacional

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

f) Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

g) Ativo Indenizável (Permissão)

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica, OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

h) Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída ou adquirida pelo operador, ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 – Ativos Intangíveis e o ICPC 01 – Contratos de Concessão e do CPC 05 –

Contratos de Construção.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

i) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

j) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da permissionária são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da cooperativa.

k) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

l) Apuração do Resultado

A permissionária segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(I.1) Receita não faturada – Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização da rede de distribuição não faturada em virtude das diferentes datas de leitura. Estas são calculadas em base estimada para o período compreendido entre a data da última medição mensal e o último dia do mês.

(I.2) Receita e Custo de Construção – A ICPC 01 estabelece que a permissionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de construção (serviço de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas

(serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, com custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

m) Tributação dos Resultados

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada tomando como base as operações com não associados nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

n) Encargos Setoriais

(n.1) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

(n.2) Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE) – encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Desde a publicação da Lei 13.280, de 3 de maio de 2016, as cooperativas permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh, estão desobrigadas a aplicarem recursos em P&D/PEE, ficando a obrigação da aplicação dos saldos remanescentes.

(n.3) Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente

Nota 06 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração no venc. %	2021	2020
				Valores em milhares de reais	
Caixa e bancos				1.050	938
Banco do Brasil S/A	BB RF CP Aut	Diário	0,49% a.a.	2.062	2.181
Bradesco S/A	CDB DI	Diário	98% da CDI	49	690
Caixa Econômica Federal	FIC GIRO CDB	Diário	93% da CDI	9.799	5.438
Coop. de Crédito de Livre Admissão de Associados - Sicredi	CDI	Diário	98% da CDI	7.646	7.798
Coop. de Crédito Litorânea - Sicoob Credija	RDC CDI	Diário	98% da CDI	98	2
Coop. de Crédito Unicred Sul Catarinense Ltda	CDI DL	Diário	104% da CDI	10.900	10.420
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sul Catarinense - Sicoob Credisulca	RDC Longo PÓS CDI	Diário	98% da CDI	2.041	3.935
Banco Safra		Diário		1.759	0
Santander	RF CP	Diário	20% da CDI	17	14
	CDB Prefixada	19/09/2024	7,35% a.a.	0	109
	CDB Pós-Fixada	29/03/2023	120% da CDI	0	209
XP Invest. Corretora de Cambio	Fundos RF Pós-Fixada	Indeterminado	IPCA + 5,50% a.a	3.042	984
	Fundos de Investimentos	Indeterminado	Renda Variável	0	302
	Fundos Imobiliários	Indeterminado	Renda Variável	0	3.459
	Fundos de Ação COE	Indeterminado	Renda Variável	4.263	0
			Total	42.725	36.479

Os fluxos de caixa dos investimentos em curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações em curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias, bem como os vencimentos superiores a 90 dias, são consideradas como equivalentes de caixa.

A maioria das aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, com prazo de vencimento de até 90 dias.

Os valores cujas taxas de remuneração são inferiores a 90%, se tratam de saldos diários transferidos para este tipo de operação, de forma a receber algum rendimento, mesmo que em níveis inferiores à maioria das aplicações financeiras, em função do curto período de permanência na conta de aplicação.

Nota 07 – Consumidores

Consumidores	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2021	TOTAL 2020
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/devedores duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/devedores duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	até 90 dias	91 até 180 dias	181 até 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
<i>Valores em milhares de reais</i>														
ATIVO CIRCULANTE														
Consumidores	18.248	-	3.569	123	325	4.973	(4.477)	502	1.342	187	2.557	(2.893)	24.003	18.625
Fornecimento	15.854	-	3.554	121	319	3.642	(3.907)	502	1.342	187	2.557	(2.893)	21.277	16.156
Residencial	2.817	-	1.012	15	21	95	(134)	49	38	13	8	(7)	3.926	3.344
Industrial	10.390	-	2.253	101	294	3.493	(3.722)	433	1.289	171	2.535	(2.872)	14.367	10.471
Comercial	1.125	-	174	3	3	52	(50)	14	10	4	13	(12)	1.336	1.102
Rural	841	-	114	1	0	2	(2)	5	4	-	0	(0)	966	726
Poder Público	163	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	(0)	162	95
Iluminação Pública	362	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	362	267
Serviço Público	156	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	156	151
Serviço Taxado	14	-	13	1	1	5	(7)	-	-	-	-	-	27	30
Renda não faturada	2.199	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.199	1.804
Participação Financeira	173	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	172	121
Outros Créditos	255	-	2	2	5	1.327	(1.016)	-	-	-	-	-	575	556
Encargos Moratórios	255	-	2	2	5	118	(119)	-	-	-	-	-	262	314
Cobrança Judicial Consumidores	-	-	-	-	-	1.209	(897)	-	-	-	-	-	312	242
Cartão de Crédito	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	354,99
Arrecadação Processo Classificação	(247)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(247)	(42)
ATIVO NÃO CIRCULANTE														
Consumidores	-	-	-	-	-	-	-	-	1.511	-	-	(322)	1.188	1.343
Fornecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	33	-	-	-	33	83
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	33	-	-	-	33	83
Outros Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.477	-	-	(322)	1.155	1.260
Cobrança Judicial Consumidores	-	-	-	-	-	-	-	-	1.477	-	-	(322)	1.155	1.260

Perdas estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As perdas estimativas para títulos de liquidação duvidosa foram mensuradas e reconhecidas a partir da experiência da administração da cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela Agência de Energia Elétrica – ANEEL.

Os valores estimados no fim do exercício consideraram principalmente: (i) valores vencidos há mais de 90 dias, para a classe residencial; (ii) há mais de 180 dias para a classe comercial e (iii) há mais de 360 dias, para as demais classes, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Nota 08 – Serviços em Curso

Contas	2021	2020
Ativo Circulante		
Valores em milhares de reais		
Serviços em curso	541	411
Serviços Próprios	488	397
Manutenção de Linhas e Redes	488	397
Serviços Prestados à Terceiros	53	14

Nota 09 – Tributos Compensáveis e Tributos a Pagar

Contas	2021	2020
Ativo Circulante		
Valores em milhares de reais		
ICMS a compensar - Imobilizado	379	268
IRRF s/Aplicações Financeiras	0	259
Contribuições Federais a Recuperar	13	21
	392	548
Ativo Não Circulante		
ICMS a compensar - Imobilizado	580	456
	580	456
Passivo Circulante		
ICMS a recolher	3.160	2.431
IRRF a recolher	13	11
FGTS a pagar	76	70
CSRF a recolher	3	2
IRPJ ato não cooperativo a recolher	60	0
ISS a recolher	16	20
INSS a recolher	211	185
PIS folha a recolher	12	11
CSLL ato não cooperativo a recolher	27	7
	3.578	2.737

a) ICMS a Recuperar

Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

b) Imposto de Renda a Compensar

Os valores registrados como Imposto de Renda a compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte.

c) Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 38.

Nota 10 – Almoxarifado Operacional

Descrição	2021	2020
	Valores em milhares de reais	
Iluminação	63	36
Acessórios p/ padrão de medição	46	28
Acessórios de rede	253	152
Combustíveis	5	19
Materiais em Sucata	8	3
	375	238

Nota 11 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

	2021	2020
	Valores em milhares de reais	
Ativos Financeiros Setoriais		
Circulante	2.770	2.752
CDE - Cota de Desenvolvimento Energético (a)	53	144
PROINFA (a)	10	26
TFSEE - taxa de Fiscalização (a)	1	1
PIS/COFINS Compra de Energia (b)	2.463	2.207
EUST - Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (c)	113	201
Subsidio CDE (d)	130	173
Passivos Financeiros Setoriais		
Circulante	10.915	14.226
CDE - Cota de Desenvolvimento Energético (a)	1.171	426
PROINFA (a)	169	62
TFSEE - taxa de Fiscalização (a)	16	6
Superavit Bandeiras Tarifárias (e)	0	2.078
Subsidio CDE (d)	3	0
CDE - Covid (f)	9.556	11.654
Não Circulante	0	9.324
CDE - Covid (f)	0	9.324

a) Neutralidade dos Encargos Setoriais na Parcela “A”

Os ajustes financeiros dos encargos setoriais na Parcela “A” resultam da diferença entre a cobertura tarifária de encargos setoriais – CDE, PROINFA e TFSEE, e a receita auferida pela permissionária, decorrente da aplicação das tarifas de fornecimento vigentes ao mercado de referência.

b) PIS/COFINS sobre a Compra de Energia

Por ocasião dos processos tarifários, o valor da energia comprada, adotado para determinação das tarifas, não contempla o PIS e a COFINS incidentes na operação, que são pagos pela permissionária. Por esta razão, a cada ciclo tarifário a permissionária apura o valor pago relativo a estes tributos, e inclui o montante como componente tarifário ao ciclo seguinte.

c) Ajuste de Rede Básica (EUST)

A cooperativa está conectada à rede básica, cujo reajuste tarifário da concessionária, ocorre em julho, dois meses antes do reajuste da permissionária, gerando um componente financeiro a ser computado no ciclo seguinte, referente ao custo de transmissão de energia.

d) Subsídio da CDE

Trata-se do ajuste que é feito anualmente sobre o valor determinado para cobertura dos mercados que tem descontos nas tarifas e que são subsidiados pela CDE, tais como: Rural, Irrigante, Aquicultor e Água, esgoto e saneamento. Como o valor é fixo, as variações de mercado podem gerar déficit ou superávit a ser ajustado no próximo ciclo.

e) Bandeiras Tarifárias

A bandeira tarifária é um sistema de cobrança regulamentado pela ANEEL, cujo objetivo é repassar mensalmente ao consumidor, de forma mais transparente, os custos adicionais causados pela necessidade de acionamento de usinas termelétricas na geração de energia. Este acionamento tem o objetivo de economizar a água dos reservatórios das usinas hidrelétricas, porque, quanto menor forem os níveis dos reservatórios, maior é o número de usinas termelétricas acionadas.

As bandeiras são divididas em verde, quando há condições favoráveis para a geração de energia e não há necessidade de cobrança adicional; amarela, quando as condições se tornam menos favoráveis e a tarifa passa a sofrer um acréscimo a cada quilowatt-hora (kWh) consumido; e vermelha, quando a produção de energia é mais custosa e a tarifa sofre um acréscimo maior.

A arrecadação dos valores da Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias é realizada mensalmente pelas distribuidoras através das faturas de energia, a ANEEL determina os valores a serem repassados pelas distribuidoras à esta conta, podendo haver sobras ou déficits na arrecadação para a cobertura dos custos com geração, ficando a cargo da distribuidora contabilizá-los para que entrem como ajuste financeiro no ciclo posterior.

f) CDE Covid

A Resolução Normativa nº 885, publicada no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2020, dispõe sobre a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), através da CONTA COVID, destinada ao setor elétrico para o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, prevista no art. 13, inciso XV, da Lei nº 10.438, de 2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020.

A norma define critérios e procedimentos para a gestão da Conta Covid, estabelecendo limites de captação de recursos por distribuidoras, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. Também detalha os itens de custos que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses.

A permissionária solicitou a antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B, tendo como reflexo a redução do impacto nas contas de luz dos efeitos financeiros que a pandemia do novo coronavírus trouxe a todos.

Nota 12 – Despesas Pagas Antecipadamente

Contas	2021	2020
	Valores em milhares de reais	
<u>Despesas Pagas Antecipadamente</u>	308	240
Prêmios de Seguro	12	15
PROINFA	258	186
Outras Despesas pagas antecipadamente	38	39

Nota 13 – Outros Ativos Circulantes

Contas	2021	2020
	Valores em milhares de reais	
<u>Outros Ativos Circulantes</u>	1.018	676
Empregados	108	112
Serviços Prestados ODS	3	0
Rendas a Receber	289	183
DMR Repasse Eletrobrás	22	13
Subsídio CDE - Repasse Eletrobrás	185	112
Títulos de Créditos a Receber	28	15
Parcelamto Padrão de Medição	40	25
Desativações e Alienações em Curso	265	214
Depósitos judiciais	78	2

Nota 14 – Ativo Indenizável (permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n. 022/2008, de 28 de novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Coopera (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (permissão) está assim apresentada:

	<u>Valores em milhares de R\$</u>
Saldo em 31/12/2019	40.413
Adições	505.684
Baixas	(501.376)
Saldo em 31/12/2020	44.721
Adições	316.716
Baixas	(343.464)
Saldo em 31/12/2021	17.973

Nota 15 – Investimentos

Demonstra os investimentos que a permissionária mantém em outras empresas, sendo participações em cooperativas de crédito.

<u>Instituição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Valores em milhares de R\$</u>	
Sicred	254	228
Credisulca	362	347
Credija	7	7
Unicred	150	145
	773	727

Nota 16 – Imobilizado não vinculado à concessão

<u>Conta</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Valores em milhares de R\$</u>	
Terrenos	343	343
Edificações	1.368	79
Equipamentos Gerais	5	0
Móveis e Utensílios	59	0
	1.775	422

Bens pertencentes a permissionária que não estão vinculados ao serviço público de energia elétrica e não fazem base para mensuração dos custos do serviço e assim não terá indenização através das tarifas de energia.

Nota 17 – Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf.Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Valores em milhares de R\$						
Direito de uso da permissão em Serviço	105.067	(29.986)	75.081	(44.721)	-	30.360
Direito de uso da permissão em Curso	3.891	-	3.891	-	-	3.891
Outros intangíveis	314	(270)	44	-	-	44
Saldo em 31 de dezembro de 2020	109.272	(30.256)	79.016	(44.721)	-	34.295
Direito de uso da permissão em Serviço	114.377	(33.129)	81.248	(17.973)	-	63.275
Direito de uso da permissão em Curso	6.212	-	6.212	-	-	6.212
Outros intangíveis	1.229	(331)	898	-	-	898
Saldo em 31 de dezembro de 2021	121.818	(33.460)	88.358	(17.973)	-	70.385

a) Contrato de Permissão

O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da permissão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria. A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Coopera, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

b) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Após o segundo ciclo de revisão tarifária das permissionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, passando a ser amortizado contabilmente o saldo das novas adições. A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

A composição destas obrigações segue abaixo:

DISTRIBUIÇÃO	Custo Histórico	Amortização e Depreciação acumulada	Valor líquido	
			2021	2020
Valores em milhares de R\$				
Obrigações Vinculadas à Permissão	10.850	(1.876)	8.974	7.124
Em Serviço	10.256	(1.876)	8.380	6.675
Participação financeira do consumidor	1.940	(317)	1.623	1.244
Doações, Subvenções Destinadas a investimentos	5.987	(1.262)	4.725	3.307
Pesquisa e desenvolvimento	39	(2)	37	39
Outros	2.290	(295)	1.995	2.085
Em Curso				
Participação financeira do consumidor	594	0	594	449

Nota 18 – Fornecedores

	2021	2020
Valores em milhares de R\$		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	63	624
Suprimento de Energia Elétrica	3.923	3.327
Materiais e Serviços	1.090	743
	5.076	4.694

Nota 19 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2021	2020
Valores em milhares de R\$		
Folha de pagamento		
Honorários Diretoria e Cédula de Presença Conselheiros	17	16
Salários e Ordenados	334	361
IRRF a recolher - Funcionários	238	209
INSS a recolher - Funcionários	51	48
Contribuições Sindicais	0	0
Mensalidade Associação dos Funcionários	2	1
Pensão Alimentícia Judicial	3	3
Credito Consignação folha	17	20
	662	658
Provisões Trabalhistas		
Férias	914	825
Encargos Sociais sobre Férias	348	315
	1.262	1.140
TOTAL	1.924	1.798

As obrigações estimadas estão representadas pela provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

Nota 20 – Empréstimos e Financiamentos

As obrigações com financiamentos, estão representadas pelo contrato junto ao Banco XP S.A.

Instituição	2021		2020	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Valores em milhares de R\$				
Banco XP S.A.	-	3.116	-	-
	-	3.116	-	-

Nota 21 – Encargos Setoriais

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.502	1.317
Taxa de fiscalização	16	20
Bandeiras Tarifárias	7.749	1.404
CDE Covid	785	0
	10.052	2.741

Nota 22 – Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Saldos	P&D	PEE	Total
Valores em milhares de R\$			
Em 2019	396	1.509	1.905
Juros SELIC	9	42	51
Utilizado em projeto	(356)	0	(356)
Em 2020	49	1.551	1.600
Juros SELIC	0	4	4
Devolução de recursos	(32)	(1.545)	(1.577)
Ajuste saldo de conta	(17)	(10)	(27)
Em 2021	(0)	(0)	0

Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE) – encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Desde a publicação da Lei 13.280, de 3 de maio de 2016, as cooperativas permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh, estão desobrigadas a aplicarem recursos em P&D/PEE, ficando a obrigação da aplicação dos saldos remanescentes.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 904, de 30 de março de 2021, determinou que os recursos remanescentes, existentes até a data base de 31 de agosto de 2020, fossem recolhidos à CDE – Cota de Desenvolvimento Econômico, por meio de emissão de boletos mensais, em nove parcelas, a partir de 10 de abril de 2021. A cada parcela foi incluída a atualização pela taxa SELIC.

Nota 23 – Provisão para Litígios

	2021			2020		
	Valor da Provisão		Depósito Judicial	Valor da Provisão		Depósito Judicial
	No Exercício	Acumulada		No Exercício	Acumulada	
	Valores em milhares de R\$					
Trabalhistas	290	2.593	-	973	2.303	-
	290	2.593	-	973	2.303	-

A Permissionária tem como provisão de ações judiciais o montante de R\$ 2,6 milhões de reais. Para as demais ações classificadas como perdas possíveis ou remotas, no valor total de R\$ 5,5 milhões de reais, estão dispensadas de registro contábil conforme Resolução CFC Nº 1.180/09.

Nota 24 – Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
<u>Outros Passivos Circulantes</u>		
Consumidores	118	40
Obrigações com associados	1.473	1.099
COSIP a Repassar	465	358
Transferência crédito de ICMS	85	43
Provisão EUST/Compra de energia*	4.674	3.679
Outros Credores	496	426
	7.311	5.645
<u>Outros Passivos Não Circulantes</u>		
Outros Credores - Consórcios	46	0
Obrigações Vinculadas a Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica*	8.974	7.124
	9.020	7.124

Provisão EUST/Compra de energia

São provisões referentes a compra de energia da Supridora Celesc e dos encargos de uso do sistema de transmissão – EUST, valores estes contabilizados no mês de competência.

Obrigações Vinculadas a Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da permissão.

Nota 25 – Instrumentos Financeiros
a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.

Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a receber: apresentados na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 20;

Ativo Indenizável (permissão): apresentado na nota 14.

b) Valor Justo

Instrumentos Financeiros - Ativo	2021		2020	
	Valores em milhares de R\$			
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	42.725	42.725	36.479	36.479
Contas a receber - Consumidores	25.191	25.191	19.968	19.968
Total	67.916	67.916	56.447	56.447

Instrumentos Financeiros - Passivo	2021		2020	
	Valores em milhares de R\$			
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos	3.116	3.116	-	-
Total	3.116	3.116	-	-

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

31 de Dezembro de 2021	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinado a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Total
Valores em milhares de R\$					
Ativos financeiros:					
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-	42.725	42.725
Contas a receber	-	-	-	25.191	25.191
Total	-	-	-	67.916	67.916

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Riscos de Taxas e Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a empresa adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de Crédito: Advém de a possibilidade da cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: Advém da escolha da cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 26 – Patrimônio Líquido
a) Capital Social

De acordo com a legislação cooperativista, a conta capital social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas–partes fixado no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas–partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 25.001 (vinte e cinco mil, e um) cooperados em 31 de dezembro de 2021. Em 2020 eram 23.684 (vinte e três mil, seiscentos e oitenta e quatro).

b) Natureza e Finalidade das Reservas

Fundo de Reserva: É indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. É constituído por 40% das sobras do exercício social conforme reforma estatutária de 11/11/2021, além de eventuais destinações a critério da assembleia geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: Também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 10% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

Fundo de Manutenção e Expansão: É constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social conforme reforma estatutária de 11/11/2021, além de eventuais destinações da assembleia geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da cooperativa.

c) Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2021	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	2020
Valores em milhares de R\$				
Sobra/Lucro Líquido do Exercício	25.499	25.429	70	19.381
Realização de Reservas	1.288	1.288	-	552
Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	1.288	1.288	-	552
Base para destinações	26.787	26.717	70	19.933
Fundo de Reserva Legal (40%)	(10.687)	(10.687)	-	(7.912)
Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES (10%)	(2.672)	(2.672)	-	(989)
Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES (Resultado c/Não Cooperados)	(70)		(70)	(154)
Fundo de Manutenção, Ampliação e Melhoria (30%)	(8.015)	(8.015)	-	(6.922)
Sobras a Disposição da Assembleia	5.343	5.343	-	3.956

Nota 27 – Reajuste Tarifário Anual

No ano de 2021 passamos pelo reajuste tarifário anual, onde as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA e variações do mercado de fornecimento da permissionária.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2937 de 28 de setembro de 2021, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da cooperativa, cujo reajuste médio foi de 5,75% (cinco, vírgula setenta e cinco por cento), correspondendo ao efeito médio percebido pelos consumidores, entrando em vigor a partir de 30 de setembro de 2021 a 29 de setembro de 2022.

Nota 28 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
a) Fornecimento de Energia Elétrica	83.706	58.226
Residencial	16.817	14.106
Industrial	52.693	33.394
Comercial, Serviços e Outras Atividades	5.999	4.523
Rural	4.194	3.194
Poder Público	778	564
Iluminação Pública	2.300	1.595
Serviço Público	925	850
b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	79.392	60.136
Residencial	16.592	12.977
Industrial	50.889	38.372
Comercial, Serviços e Outras Atividades	5.021	3.773
Rural	3.848	2.810
Poder Público	688	459
Iluminação Pública	1.620	1.188
Serviço Público	734	557
c) Neutralidade da Parcela A	12.920	5.990
Encargos Setoriais	10.931	5.796
Ajuste Financeiro da Tarifa	1	77
EUST/EUSD	(90)	117
Superávit Bandeiras Tarifárias	2.078	117
d) Fornecimento de energia elétrica (a+b+c)	176.018	124.352
e) Receita de construção	13.308	7.355
f) Outros ingressos operacionais (g+h)	3.565	3.614
g) Receita de Atividade Não Vinculada	1.381	1.355
Arrendamento e Aluguéis	1.327	1.114
Outros Ingressos - Taxa de Convênio	54	241
h) Outras Receitas Vinculadas	2.184	2.259
Rendas de Prestação de Serviços	452	396
Serviço Taxado	165	131
Subsídio CDE - Eletrobrás	1.265	1.569
DMR - Diferença Mensal de Receita	84	103
Outras Receitas	218	60
Tributos s/ Receita	-	-
i) Receita Operacional (d+e+h)	192.891	135.321

Nota 29 – Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de consumidores		MWh		Valores em Milhares de R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Consumidores						
Residencial	21.424	21.105	58.537	58.162	33.085	26.926
Industrial	331	332	225.775	199.821	103.514	71.913
Comercial	1.733	1.680	18.407	17.104	10.945	8.281
Rural	2.594	2.590	16.457	16.379	7.855	5.981
Poder Público	217	216	2.307	1.962	1.441	1.038
Iluminação Pública	13	73	10.331	9.576	4.022	2.784
Serviço Público	31	31	3.019	3.228	1.651	1.406
Consumo Próprio	3	3	189	189	88	68
Total	26.346	26.030	335.022	306.421	162.601	118.399

Obs.: O valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de potência+ICMS+PIS+COFINS extraídos do BMEAD - Boletim Mensal da Energia Elétrica Adquirida e Distribuída, não contendo valores de renda não faturada.

Salientamos que a classe consumo próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

Nota 30 – Dedução da Receita/Ingresso

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
Deduções da Receita Operacional	77.901	41.548
Impostos e Contribuições sobre a receita	33.302	24.022
ICMS	33.282	24.004
ISS	20	18
Encargos Setoriais - Parcela "A"	44.599	17.526
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	16.362	15.500
Bandeiras Tarifárias	24.876	1.823
Taxa de Fiscalização	221	203
CDE Covid	3.140	-

Nota 31 – Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/PASEP COFINS	ISS	ICMS	Encargos do Consumidor	Receita Líquida
Valores em milhares de R\$						
Em 2021						
Fornecimento de Energia Elétrica	83.706	-	-	-	-	83.706
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	79.392	-	-	(33.282)	(44.599)	1.511
Neutralidade da Parcela A	12.920	-	-	-	-	12.920
Receita de Construção	13.308	-	-	-	-	13.308
Outras Receitas Operacionais	3.565	-	(20)	-	-	3.545
Totais	192.891	-	(20)	(33.282)	(44.599)	114.990
Em 2020						
Fornecimento de Energia Elétrica	58.226	-	-	-	-	58.226
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	60.136	-	-	(24.004)	(17.526)	18.606
Neutralidade da Parcela A	5.990	-	-	-	-	5.990
Receita de Construção	7.355	-	-	-	-	7.355
Outras Receitas Operacionais	3.614	-	(18)	-	-	3.596
Totais	135.321	-	(18)	(24.004)	(17.526)	93.773

Não há valores de PIS/PASEP e COFINS repassados à nossos consumidores, devido ao zeramento da base de cálculo, em virtude das exclusões permitidas as sociedades cooperativas, conforme Art. 291 da Instrução Normativa RFB Nº 1911, de 11 de outubro de 2019: As sociedades cooperativas em geral, além do disposto no art. 27, podem excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins os valores das sobras apuradas na Demonstração do Resultado do Exercício, destinados à constituição do Fundo de Reserva e do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), previstos no art. 28 da Lei nº 5.764, de 1971 (Lei nº 10.676, de 2003, art. 1º, caput e § 2º).

Nota 32 – Ingressos/Receitas e Dispêndios/Despesas de Construção de Infraestrutura

Em atendimento à ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, os valores aplicados na permissão, e classificados no Intangível, devem ser registrados como Custo de Construção. Em contrapartida, a receita correspondente decorrente do direito de receber o retorno do valor investido, é classificada como Receita de Construção. O referido retorno se dá através de suas amortizações, que integram a tarifa, durante todo o período de permissão e a indenização da parcela não amortizada ao final do período.

Nota 33 – Dispêndio Energia Adquirida

Fornecedor	Quantidade de MWh		Valores em milhares de R\$	
	2021	2020	2021	2020
Celesc Distribuição S.A.	349.238	316.840	42.163	34.629
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	5.900	9.728	2.372	2.718
Micro geração	665	178	242	60
ONS - Encargos de Transmissão	-	-	9.355	8.114
Total	355.803	326.746	54.132	45.521

Nota 34 – Dispêndios/Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
Pessoal e Administradores	4.306	4.181
Material	163	112
Serviços de Terceiros	1.772	1.456
Depreciação e Amortização	122	46
Provisões	290	973
Outros dispêndios	1.735	1.132
Total	8.388	7.900

Nota 35 – Outros dispêndios/Despesas Operacionais

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
Perdas na alienação de bens	121	47
Perdas na desativação de bens	772	826
Perdas da imobilização de bens	13	6
Outros dispêndios	43	274
Total	949	1.153

As referidas perdas têm origem basicamente no valor não depreciado dos bens substituídos, por questões técnicas ou operacionais, antes do término de suas vidas úteis.

Nota 36 – Detalhamento do Resultado Financeiro

	2021	2020
	Valores em milhares de R\$	
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	1.695	773
Acréscimo Moratório s/Fatura de Energia	1.945	1.462
Correção Ativos Regulatórios	164	58
Outras Receitas Financeiras	229	254
	4.033	2.547
(-) Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(158)	(37)
Variações Monetárias	(95)	(51)
Multas Compensatórias	(5)	(16)
Correção Passivos Regulatórios	(431)	(76)
Outras Despesas Financeiras	(594)	(6)
	(1.283)	(186)
Resultado financeiro	2.750	2.361

Nota 37 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios
a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: É composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade:

- a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores;
- b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso,
- c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Comercialização de Energia: Refere-se às atividades de compra e venda de energia elétrica, sendo composta, principalmente, de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

b) Áreas Geográficas

Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nas seguintes cidades: Forquilha, Nova Veneza, Criciúma e Maracajá, todas do Estado de Santa Catarina.

c) Principais Clientes

As receitas provenientes de 05 clientes do segmento de distribuição de energia elétrica no exercício de 2021 chegaram a perfazer um montante de R\$ 33,6 milhões, representando cerca de 20,66% do total de receitas da permissionária.

Nota 38 – Demonstrativo de cálculo do IRPJ E CSLL

Tributação do Resultado	Operações		2021
	Sócios 99,60%	Não Sócios 0,40%	Total 100%
	Valores em milhares de R\$		
Resultado Líquido do Exercício	-	104	104
(+) Ingressos Tributados	-	-	-
Rendas de Aplicação Financeira	1.695	-	1.695
Rendas de Deságio	69	-	69
Ganhos na Alienação de Bens	194	-	194
(+) Despesas Indedutíveis	-	-	-
Provisões Indedutíveis	-	-	-
PCLD	-	1	1
Base de cálculo	1.958	105	2.063
IRPJ	94,90%	5,10%	100,00%
Alíquota Normal (15%)	294	16	310
Adicional (10%)			
Limite do ano	228	12	240
Base do Adicional	1.731	93	1.824
Adicional	173	9	182
Total IRPJ a recolher	467	25	492
Total CSLL (9%) a recolher	177	9	186

O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, foi efetuado obedecendo ao disposto na legislação fiscal e a Lei nº 5.764/71 (Sociedades Cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

O imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente ou à alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Nota 39 – Participação nos Resultados

A permissionária, apesar de citar na convenção coletiva que pode conceder a seus colaboradores valores a título de participação nos resultados, não direcionou valores no ano de 2021.

Nota 40 – Plano de Saúde e Outros Benefícios aos Colaboradores

A permissionária fornece os seguintes benefícios:

- Plano de saúde Unimed para os colaboradores e dependentes, com custeio de 60%.
- Almoço fornecido em refeitório próprio;
- Contrato de seguro de vida com todos os colaboradores e cônjuges;
- Bolsa de estudo aos colaboradores, custeando 50% da mensalidade englobando cursos regulares de extensão e nível superior e profissionalizante dentro da atividade profissional e 75% da mensalidade do curso técnico em eletrotécnica.
- Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho firmado com a empresa Maxipas.
- Convênio com academias de musculação e outras modalidades.
- Disponibilização de uniforme a todos os funcionários.
- Vacina gratuita da gripe para os colaboradores e familiares.

Nota 41 – Partes Relacionadas

Natureza das Operações	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Pessoal Chave da Administração</u>	Valores em milhares de R\$					
Presidência e Conselhos	-	-	532	-	-	485
Encargos Sociais	-	-	102	-	-	93
Total	-	-	634	-	-	578

As partes relacionadas, conforme determinado na NBC TG 05 (R1) compreendem a diretoria executiva e conselheiros de administração e fiscal, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da Cooperativa.

Nota 42 – Outras Informações

a) Balanço Social

As informações de natureza social, identificadas como Balanço Social, não fazem parte das demonstrações contábeis e não foram auditadas.

b) Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados, considerados pela administração da cooperativa suficientes para cobrir eventuais sinistros, são resumidos como segue:

Valores em milhares de R\$		
<u>Bens Segurados</u>	<u>Riscos Cobertos</u>	<u>Cobertura máxima</u>
Imóveis	Incêndio; danos elétricos; quebra de vidros, espelhos e mármore; vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça; impacto de veículos terrestres	5.123
Veículos	Danos materiais, corporais e outros	5.640
Motos	Danos materiais, corporais e outros	875

c) COVID-19

Desde o início de 2020, as atividades econômicas mundiais estão sendo afetadas pela propagação da COVID-19, diante disso a permissionária veio tomando medidas importantes a fim de manter a segurança de seus colaboradores, bem como fortalecer o processo de continuidade de suas operações.

Nesse sentido, fez-se o atendimento dos protocolos de segurança orientados pelas autoridades locais, investindo em ações e materiais, aprimorando ainda mais hábitos individuais e coletivos de higienização bem como de distanciamento social.

O controle financeiro e a inovação constante de suas atividades são posturas que vêm permitindo à permissionária atravessar este cenário com alto grau de segurança, favorecendo a geração de caixa necessária para a manutenção de suas atividades operacionais e o seu crescimento.

Não foram constatados durante o período transcorrido de pandemia problemas quanto a recebimentos de crédito, tão pouco foram realizadas renegociações relevantes junto a clientes ou fornecedores, mantidos assim o curso normal das operações.

Considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, a permissionária analisou os principais riscos e incertezas gerados pela COVID-19 em suas demonstrações financeiras, as quais elencamos a seguir:

- ✓ Continuidade Operacional: a permissionária não identificou elementos que demonstrem risco de continuidade operacional.
- ✓ Recebimentos de créditos: não foram identificadas quaisquer movimentações que indiquem redução nos fluxos de recebimento de forma substancial, ou a manutenção dos saldos em aberto para renegociações, o que dispensou inclusive a constituição de provisões para possíveis perdas.
- ✓ Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: a permissionária não identificou indicativos de impairment até o término do exercício.
- ✓ Provisões e Contingências Ativas e Passivas: não foram reconhecidas quaisquer receitas ou despesas por expectativas futuras cujo reflexo tenha ligação direta com os impactos causados pela pandemia da COVID-19 uma vez que não há qualquer indicativo que justifique tal medida.

Walmir João Rampinelli
Presidente
CPF: 342.054.979-20

Estela Maria Wesler Martinhago
Contadora
CRC/SC 023225/O-9



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA, os senhores: Aldo Sergio Ghislandi, Edgar Preis, Maria Machado, Geraldo de Souza Lopes e Gabriel Guizzo Netto, reuniram-se para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial; Contas de Sobras e Perdas; Documentos Estatísticos e demais documentos, compreendendo o período entre primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, bem como o relatório da Diretoria. Depois de procedido ao exame detalhado das contas e demonstrativos, resolveram emitir o seguinte parecer:

Em cumprimento às determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, analisando as sobras líquidas e o volume financeiro da COOPERA, sugerem por unanimidade que a destinação das sobras à disposição da assembleia do exercício de 2021, sejam distribuídas na fatura de energia elétrica aos associados, de acordo com o Estatuto Social.

Baseadas nas reuniões regulamentares até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados pelo Conselho de Administração, declaramos que após exame de caixa, contas a pagar, conciliação bancária, balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade, almoxarifado e demais documentos, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e em vista da realização da Assembleia Geral Ordinária marcada para o dia 25 de março de 2022, cujo edital de convocação já foi divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social da Cooperativa Pioneira de Eletrificação - COOPERA, somos de parecer favorável no sentido de que sejam aprovadas as contas pela Assembleia Geral Ordinária.

Forquilha, 23 de março de 2022.



Aldo Sergio Ghislandi
Bistek Supermercados LTDA
1º Conselheiro Efetivo



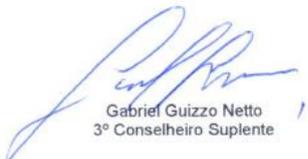
Edgar Preis
2º. Conselheiro Efetivo



Maria Machado
3ª. Conselheira Efetiva



Geraldo de Souza Lopes
2º Conselheiro Suplente



Gabriel Guizzo Netto
3º Conselheiro Suplente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 16 de março de 2022.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

JOSE HENRIQUE

EYNG:50626590949

Assinado de forma digital por JOSE
HENRIQUE EYNG:50626590949
Dados: 2022.04.25 08:37:36 -03'00'

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638